

Prio S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração.....	3
Declaração da Diretoria	18
Parecer do Conselho de Fiscal	18
Parecer do Comitê de Auditoria	18
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário	19
Composição do Conselho de Administração	22
Composição do Conselho Fiscal	22
Composição da Diretoria Executiva	22
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	23
Balanco Patrimonial	31
Balanco Patrimonial	32
Demonstrações dos resultados	33
Demonstrações dos resultados abrangentes	34
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	35
Demonstrações dos fluxos de caixa	36
Demonstrações do valor adicionado	37
1. Contexto operacional	38
2. Políticas contábeis materiais às demonstrações financeiras	41
3. Caixa e equivalentes de caixa	59
4. Contas a Receber	59
5. Tributos a recuperar	60
6. Adiantamento a fornecedores	60
7. Investimentos	61
8. Imobilizado (Consolidado)	63
9. Intangível (Consolidado)	65
10. Fornecedores	70
11. Obrigações trabalhistas	70
12. Tributos e contribuições sociais a pagar	71
13. Empréstimos e financiamentos	71
14. Debêntures locais (inclui swaps de conversão)	74
15. Operações de Arrendamento	76
16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	77
17. Provisão para abandono de instalações	79
18. Adiantamento de parceiros	80
19. Impairment	80
20. Patrimônio líquido	81
21. Transações com partes relacionadas (Controladora)	83
22. Receita Líquida	84
23. Custos dos produtos vendidos	85
24. Outras receitas e despesas	85
25. Resultado financeiro	86
26. Imposto de Renda e Contribuição Social	87
27. Informações por segmento (Consolidado)	87
28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro	88
29. Seguros	94
30. Contingências	95
31. Eventos subsequentes	97

Relatório da Administração

O ano de 2024 foi marcado tanto por desafios significativos como por aprendizados e conquistas que reforçam nossa resiliência. Apesar de alguns percalços operacionais, e principalmente, das restrições decorrentes dos processos de licenciamento ambiental, seguimos avançando em nossa estratégia, demonstrando nossa capacidade de superar obstáculos sem perder o foco no crescimento e na criação de valor.

No cluster Polvo e Tubarão Martelo, enfrentamos a interrupção temporária de três poços devido a falhas na Bomba Centrífuga Submersa. Até o momento, obtivemos a anuência para o *workover* do TBMT-8H, que retomou a produção em setembro, e seguimos aguardando a liberação do Ibama para os poços TBMT-10H e TBMT-4H.

Em Albacora Leste, realizamos uma parada programada de 13 dias em julho e enfrentamos falhas ao longo do ano nos sistemas de compressão de gás e geração de energia. Nos últimos dois anos, conduzimos uma série de investimentos para transformar o campo em um ativo PRIO, elevando seus padrões operacionais. Em janeiro de 2025, concluímos a instalação de duas turbinas reformadas e, em março, finalizaremos a instalação de um compressor, o que reforçará nossa confiança em atingir níveis de confiabilidade e eficiência operacional comparáveis aos dos nossos demais ativos.

No campo de Frade, a falha no compressor de gás em fevereiro e uma parada de cinco dias para reparo na linha de *offtake* impactaram a produção ao longo de 2024.

Ainda assim, conseguimos manter uma produção média anual de 84 mil barris por dia e preservar um *lifting cost* competitivo de US\$ 9,0 por barril, reafirmando nosso compromisso com a eficiência e a otimização de custos. Reconhecemos que a manutenção de uma estrutura de custos eficiente é essencial para navegarmos com segurança pela volatilidade do preço do petróleo.

Ao longo do ano, trabalhamos intensamente junto ao Ibama para a obtenção das licenças necessárias para a perfuração e interligação de Wahoo. Finalmente, no dia 28 de fevereiro de 2025 obtivemos a licença de perfuração. Com isso, iniciamos a Campanha de Perfuração e seguimos confiantes em obter a licença de instalação nos próximos meses, que permitirá a construção do *tieback* e primeiro óleo do campo, agregando 40 mil barris por dia à nossa produção.

No ano de 2024, expandimos também nossa atuação da área de *trading*, iniciando a comercialização de cargas de terceiros e realizando nossa primeira operação com VLCC em alto mar. Essas iniciativas tornaram nossa operação ainda mais competitiva e eficiente, gerando caixa líquido para a Companhia além de trazer novos ganhos de logística. Na virada do ano, a PRIO também ampliou sua atuação de *trading* com a contratação do escoamento de gás pelos gasodutos do Sistema Integrado de Escoamento da Bacia de Campos e o processamento na Unidade de Processamento de Gás Natural de Cabiúnas para os campos de Albacora Leste e Frade. O gás e seus derivados serão comercializados para diferentes clientes. Essa expansão representa um avanço estratégico para a Companhia na diversificação de suas operações e exploração de novas oportunidades no setor energético.

Outro marco importante foi a decisão favorável na arbitragem de Wahoo, que garantiu à PRIO a condução do desenvolvimento do campo em regime de *exclusive operations*, acrescentando 43 milhões de barris às nossas reservas 1P.

O principal destaque de 2024 foi a aquisição de 40% do Campo de Peregrino, que adicionou aproximadamente 38 mil barris por dia à nossa produção e 123 milhões de barris em reservas e recursos economicamente recuperáveis, conforme a certificação de reservas da DeGolyer e MacNaughton.

Ao longo do primeiro trimestre de 2025, elaboramos a nova certificação de reservas 1P de 2025, que inclui os clusters de Polvo e TBMT, Frade e Wahoo e o campo de Albacora Leste. Apesar do ajuste para refletir um maior declínio nos poços de Frade, nossas reservas 1P aumentaram de 537 milhões para 688 milhões de barris de óleo.

Como parte da estratégia da Companhia de identificar boas oportunidades de alocação de capital e manter uma estrutura financeira robusta, ao longo de 2024, recomparamos cerca de US\$ 164 milhões em ações, emitimos duas novas debêntures, totalizando US\$ 656 milhões, e contratamos aproximadamente US\$ 1 bilhão em dívidas bilaterais. Mesmo após o pagamento de Peregrino, encerramos o ano com uma alavancagem saudável, de 1,2x dívida líquida/EBITDA, uma posição de caixa de US\$ 645 milhões e também recebemos um upgrade no *rating* de crédito pela agência Fitch Ratings para AAA (bra), destacando a solidez e resiliência da Companhia.

Neste ano, reforçamos também nosso compromisso social e ambiental, ampliando nosso impacto positivo nas comunidades onde atuamos por meio da plataforma I ♥ PRIO. Patrocinamos eventos culturais e esportivos como o ArtRio, o Festival de Inverno, Fronteiras do Pensamento e a Maratona do Rio, além de realizar a 3ª edição do Reação Offshore em parceria com o Instituto Reação e Todos na Luta, projeto que capacita jovens para atuar na indústria offshore. Adicionalmente, publicamos o Relatório Anual de Sustentabilidade de 2023, reafirmando nosso compromisso com a transparência e melhores práticas.

Internamente, continuamos investindo no bem-estar e na segurança de nossos colaboradores. Ampliamos nosso programa de *wellness*, oferecendo uma gama de iniciativas voltadas à qualidade de vida, como aulas de yoga, shiatsu e o programa de psicologia ativa. Além disso, promovemos treinamentos de prontidão cognitiva e reforçamos nossa cultura de segurança por meio de atividades integradas, consolidando um ambiente cada vez mais seguro e eficiente. Também realizamos a Semana da Sustentabilidade, engajando nossa equipe em ações concretas voltadas à preservação do meio ambiente.

Concluimos 2024 com a certeza de que, apesar dos desafios enfrentados, estamos mais resilientes e preparados para o futuro. Agradecemos imensamente aos nossos colaboradores, investidores e parceiros pelo apoio e confiança ao longo deste ano.

Entramos em 2025 celebrando uma década de história de sólido crescimento, com consistência, disciplina e o mesmo entusiasmo e determinação para continuar gerando valor para nossos acionistas. Começamos em 2015 produzindo apenas 6 mil barris por dia movidos por ambição e determinação

para crescer. Atingir 100 mil barris diários foi um marco — não o destino final, mas um passo em nossa jornada. Continuamos com ambições igualmente desafiadoras e seguimos com os mesmos princípios que nos trouxeram até aqui. Nesses 10 anos, passamos por mares turbulentos nos preços de petróleo e cenário global, mas atravessamos com segurança e saímos mais forte do outro lado. Com a mesma equipe que construiu essa história, seguimos preparados para avançar, investindo em nosso time, promovendo progresso socioeconômico e atuando de forma sustentável. O futuro é promissor e seguimos juntos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

	4T23	2023	1T24	2T24	3T24	4T24	2024	4T24 X 4T23	4T24 X 3T24	2024 X 2023
Brent Médio	\$ 82,86	\$ 82,18	\$ 81,76	\$ 85,03	\$ 78,71	\$ 74,01	\$ 79,86	-10,7%	-6,0%	-2,8%
Preço Médio Brent de Referência	\$ 77,39	\$ 81,41	\$ 85,06	\$ 85,35	\$ 76,43	\$ 75,13	\$ 80,88	-2,9%	-1,7%	-0,7%
Tx Câmbio Média	4,96	4,99	4,95	\$ 5,22	\$ 5,55	\$ 5,84	\$ 5,39	17,8%	5,3%	8,1%
Tx Câmbio Final	4,85	4,85	5,01	\$ 5,59	\$ 5,45	\$ 6,17	\$ 6,17	27,2%	13,3%	27,2%
Offtakes (kbbbl)										
Campo de Frade (100%)	4.762	18.500	4.169	4.027	3.743	3.586	15.525	-24,7%	-4,2%	-16,1%
Campo de Albacora Leste (90%)	1.828	7.693	2.409	2.948	1.865	1.876	9.098	2,6%	0,6%	18,3%
Cluster Polvo e TBMT (100%)	1.843	6.459	1.014	1.575	918	945	4.453	-48,7%	2,9%	-31,1%
Campo de Peregrino (40%)	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	710	710	n/a	n/a	n/a
Total PRIO	8.433	32.652	7.591	8.550	6.526	7.117	29.785	-15,6%	9,1%	-8,8%
Produção (boepd)										
Campo de Frade (100%)	55.345	49.161	46.450	47.222	39.315	40.662	43.412	-26,5%	3,4%	-11,7%
Campo de Albacora Leste (90%)	28.412	23.227	26.011	27.535	20.682	24.062	24.573	-15,3%	16,3%	5,8%
Cluster Polvo e TBMT (100%)	16.552	15.700	15.865	15.130	10.276	11.878	13.287	-28,2%	15,6%	-15,4%
Campo de Peregrino (40%)	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	10.978	10.978	n/a	n/a	n/a
Total PRIO	100.308	88.088	88.326	89.886	70.273	87.581	84.017	-12,7%	24,6%	-4,6%
Lifting Cost (US\$/bbl)										
PRIO	6,8	7,5	7,5	7,6	9,8	11,1	9,0	62,2%	12,9%	19,6%

O principal destaque no trimestre foi a conclusão da aquisição de 40% do campo de **Peregrino** em dezembro. No ano, a produção total da Companhia foi impactada por manutenções programadas nos campos de **Albacora Leste** e **Frade**, bem como paradas por falhas nos sistemas de geração de energia e compressão de gás no FPSO Forte, interrupção temporária da produção dos poços TBMT-8H, TBMT-10H e TBMT-4H (os 2 últimos ainda sem anuência para a realização do *workover*) no cluster **Polvo e TBMT** e parada para reparo na linha de *offtake* de **Frade**.

O volume produzido em **Frade** foi inferior em 12% na comparação com 2023 e 26% na comparação com o 4T23. Essa redução se deve à: (i) declínio da produção; (ii) falha no sistema de compressão de gás em fevereiro; (iii) parada do poço ODP3 em maio, que segue aguardando a anuência do Ibama; (iv) manutenção programada na torre de amina em agosto; e (v) parada da produção por 5 dias para reparo na linha de *offtake* em setembro.

O volume produzido no campo de **Albacora Leste** em 2024 superou em 6% à produção de 2023, uma vez que a conclusão da aquisição ocorreu no dia 23 de janeiro de 2023. Na comparação com o 4T23, houve uma redução de 15% na produção, explicado principalmente pela troca das turbinas que limitou a produção.

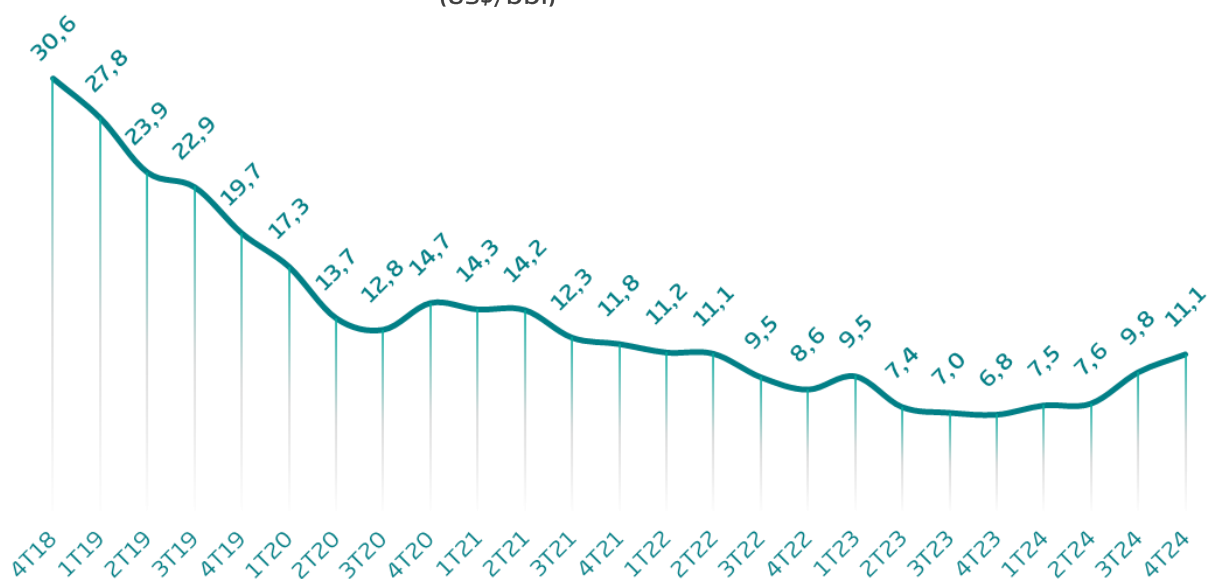
No *cluster Polvo e TBMT*, o volume produzido no ano foi 15% e 28% inferior ao volume produzido em 2023 e no 4T23, respectivamente, devido à parada dos poços que necessitam de anuência para *workover*.

Em 5 de dezembro de 2024, anunciamos a conclusão da aquisição de 40% do campo de **Peregrino**, adicionando uma produção de 37,2 mil bpd durante o período de 5 de dezembro a 31 de dezembro.

Desde o início das operações da PRIO, que consolidou sua estratégia de crescimento através da aquisição e desenvolvimento de ativos em produção, a Companhia trabalha para aumentar seus níveis de produção e racionalizar seus custos, mantendo sempre os níveis de excelência em responsabilidade ambiental, segurança e eficiência operacional. A PRIO acredita que a melhor proteção contra a volatilidade do Brent é a redução de seu *lifting cost* e esse continuará sendo um pilar dos atuais e futuros projetos. Diante disso, a Companhia apresenta, a seguir, a evolução do seu *lifting cost* desde 4T18.

Lifting Cost PRIO

(US\$/bbl)



O *lifting cost* do 4T24 apresentou um aumento de aproximadamente 62% em relação ao 4T23 e 13% em relação ao 3T24. Esse aumento se deve à redução da produção no período e ao Campo de Peregrino que opera com um *lifting cost* significativamente superior aos ativos operados pela Companhia.

COMERCIALIZAÇÃO

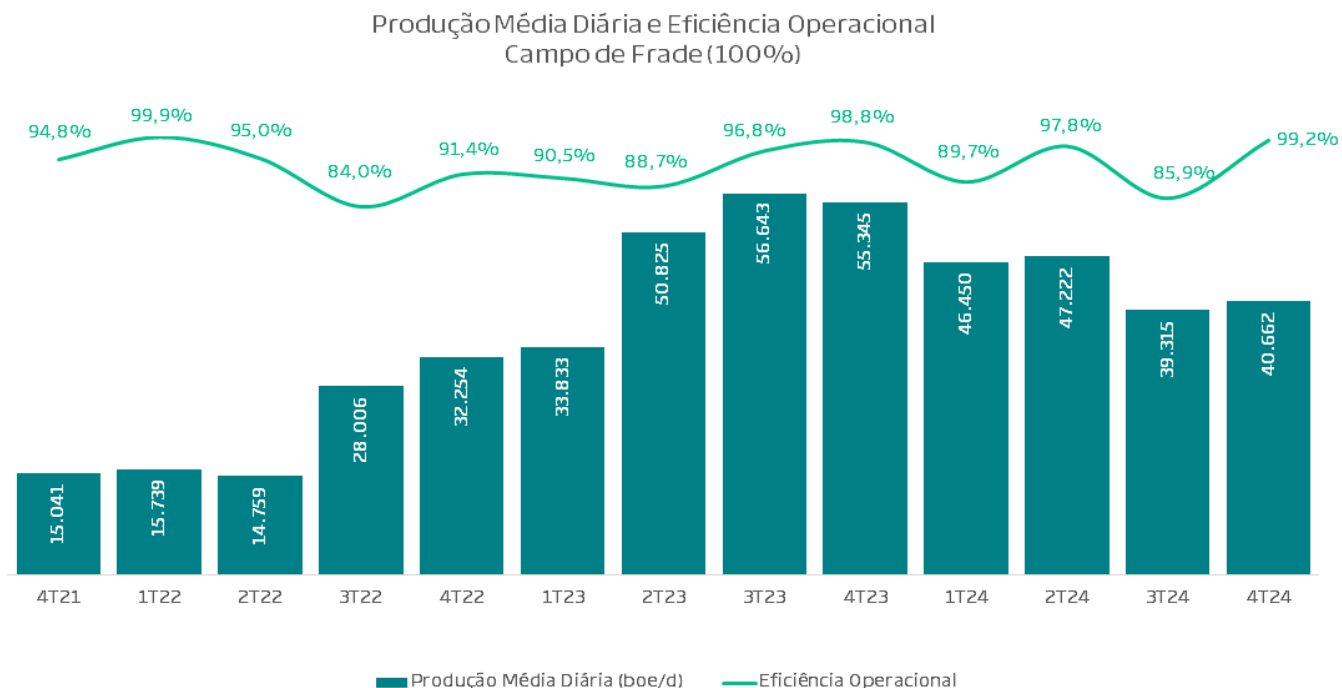
A estratégia de comercialização adotada pela PRIO vem se consolidando como um importante diferencial competitivo, permitindo condições mais favoráveis nas negociações de petróleo e ampliando o universo de clientes. A modalidade de “entrega ao cliente” tem permitido à Companhia acessar mercados estratégicos, com vendas direcionadas principalmente para China, EUA e Europa.

No 4T24, a PRIO vendeu um total de 7,1 milhões de barris, uma redução de 16% em relação ao volume vendido no 4T23, devido à menor produção. Em comparação ao 3T24, houve um aumento de 9% no volume vendido, impulsionado pela aquisição de **Peregrino**. O montante foi distribuído entre os campos de **Frade** (3,6 milhões de barris), **Albacora Leste** (1,9 milhões de barris), o cluster **Polvo e TBMT** (945 mil barris) e o campo de **Peregrino** (710 mil barris). No trimestre, o preço médio do petróleo (Brent de Referência), ponderado pelo volume vendido, foi de US\$ 75,13 por barril, uma queda de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

CAMPO DE FRADE

A produção média do campo no trimestre foi de 40,7 kbpd, uma queda de 26% em relação ao 4T23, impactada pela parada do poço ODP3, que segue aguardando a anuência do IBAMA para *workover*, e pelo declínio da produção, uma vez que não houve novas perfurações no ano de 2024 e no mesmo período do ano anterior, os poços da segunda fase da campanha de revitalização haviam começado a produzir. Na comparação com o 3T24, a produção foi 3% maior, reflexo da manutenção programada na torre de amina em agosto e da parada da produção por cinco dias para reparo na linha de *offtake* em setembro, fatores que impactaram negativamente a produção do 3T24.

No trimestre, a eficiência operacional do ativo foi de 99,2%.

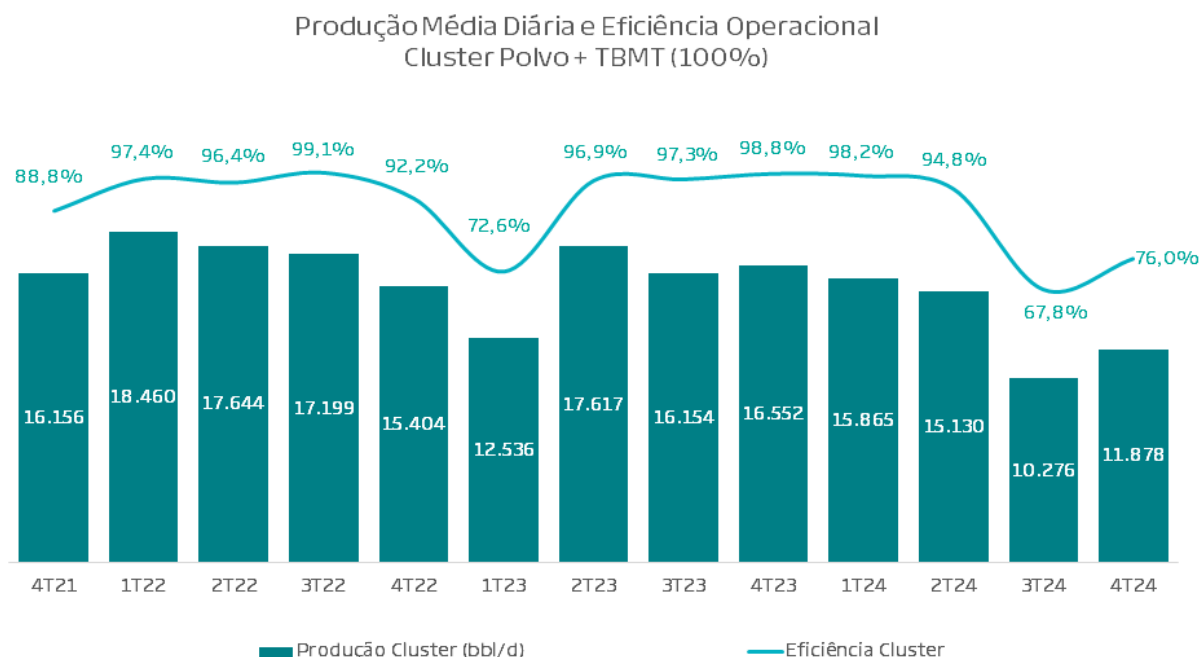


CLUSTER POLVO E TBMT

No 4T24, o cluster **Polvo e TBMT** apresentou média de produção diária 28% inferior à registrada no 4T23 devido à interrupção temporária causada pela falha na Bomba Centrífuga Submersa (BCS) nos

poços TBMT-10H e TBMT-4H, que aguardam a anuência do IBAMA para início do *workover*. Na comparação com o 3T24, o volume produzido foi 16% acima explicado pela conclusão do *workover* do poço TBMT-8H, que recebeu anuência em agosto e retomou a produção em setembro.

Com isso, a eficiência operacional do cluster no trimestre foi de 76,0%. O gráfico a seguir ilustra a evolução da produção e da eficiência dos campos desde o 4T21:

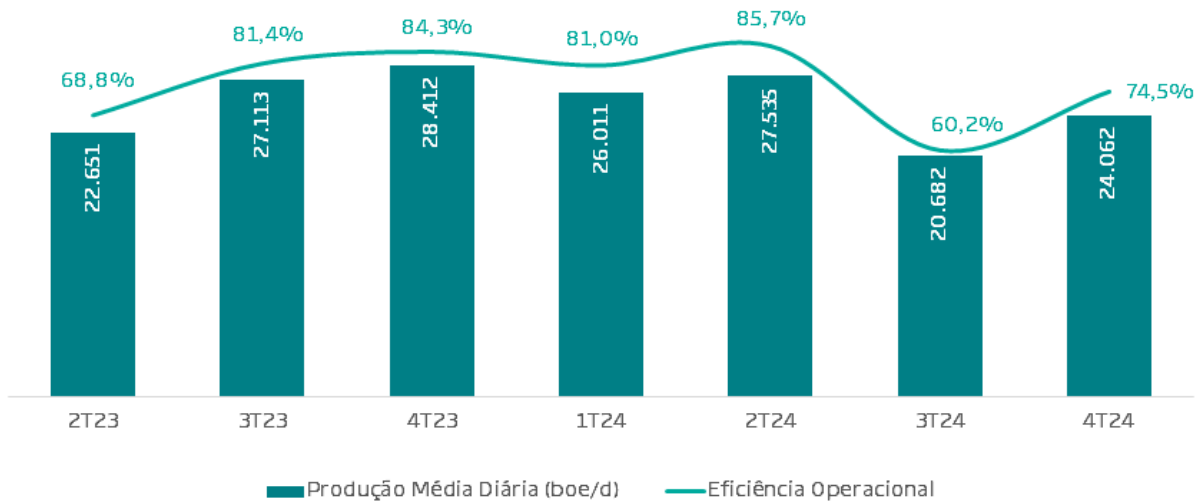


CAMPO DE ALBACORA LESTE

No trimestre, o campo de **Albacora Leste** apresentou produção média diária de aproximadamente 24,0 mil barris (participação PRIO), uma redução de 15% em relação ao 4T23 e um aumento de 16% em relação ao 3T24, devido à parada programada que ocorreu em julho. Comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, a redução pode ser explicada pela troca de duas turbinas totalmente reformadas que limitou a produção durante o 4T24. Além disso, uma falha no sistema de compressão de gás do campo em dezembro impactou a produção no trimestre. Com isso, o campo apresentou uma eficiência operacional no 4T24 de 74,5%.

A Companhia continua focada em superar os desafios relacionados ao FPSO Forte de forma a garantir a melhoria da integridade e eficiência operacional do ativo. Dessa forma, além da troca das duas turbinas concluídas em novembro de 2024 e janeiro de 2025, a Companhia está realizando a troca de um compressor totalmente reformado com expectativa de conclusão em março. A PRIO segue confiante de que está no caminho certo para alcançar os mesmos patamares de confiabilidade observados nos demais ativos.

Produção Média Diária (90%) e Eficiência Operacional Campo de Albacora Leste



CAMPO DE PEREGRINO

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 40% do campo de **Peregrino**, tornando-se parte do consórcio ao lado da Equinor, operadora e detentora dos 60% restantes do ativo. Com essa aquisição, a PRIO adicionou 123 milhões de barris às suas reservas e recursos economicamente recuperáveis, conforme o relatório de certificação de reservas da DeGolyer e MacNaughton (“D&M”) divulgado no dia 27 de setembro de 2024.

Uma das principais sinergias identificadas pela PRIO nessa transação está na comercialização do óleo do campo, dado que cada *offtake* de **Peregrino** corresponde a aproximadamente 650 mil barris. Desde a conclusão da aquisição, a Companhia já vem otimizando a logística ao combinar as cargas dos demais campos que opera.

Em dezembro de 2024, a produção do campo foi de 37,2 mil barris (participação PRIO). Dado que o *closing* ocorreu no dia 5 de dezembro, a produção proporcional para a PRIO no mês foi de 32,6 mil barris por dia.

CAMPO DE WAHOO

Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia obteve o Licenciamento Ambiental de Perfuração e assim, a PRIO iniciou a Campanha de Perfuração de Wahoo. Além disso, no 4T24 a Companhia seguiu com avanços relevantes nas adequações do FPSO Frade e nos testes finais dos equipamentos, reforçou o diligenciamento nas etapas de importação e entrega e aprofundou as revisões técnicas relacionadas à campanha, garantindo total alinhamento com o cronograma para o primeiro óleo do campo de **Wahoo**.

Os próximos passos no desenvolvimento do campo de **Wahoo** incluem:

- A obtenção do Licenciamento Ambiental de Instalação para iniciar a Construção Submarina e Interligação do campo de **Wahoo** ao FPSO **Frade**.
- Finalização das adequações do *topside* do FPSO **Frade** para produção e processamento do óleo de **Wahoo**.
- Primeiro óleo de **Wahoo**.

CERTIFICAÇÃO DE RESERVAS

A PRIO publicou uma nova certificação de reservas, elaborada pela DeGolyer & MacNaughton (D&M), com data de referência de 1 de janeiro de 2025, incluindo os clusters de Polvo e TBMT, Frade e Wahoo e o campo de Albacora Leste. Para o campo de Peregrino, a Companhia manteve a certificação divulgada em 27 de setembro de 2024.

Resumo das reservas:

Campo	Óleo (MMbbl)			
	Jan/24 D&M 1P	Produção 2024	Jan/24 Pós Prod.	Jan/25 D&M 1P
Frade (100%)	125,4	15,4	109,9	118,8
Wahoo (100%)	79,8	0	79,8	122,7
Polvo + TBMT (100%)	39,4	4,9	34,5	34,1
Albacora Leste (90%)	292,5	8,8	283,7	289,2
Peregrino (40%)	-	-	-	122,9 ⁽¹⁾
Total Reservas	537,1	29,1	508,0	687,8

Notas:

- (1) As reservas e recursos (1P+1C) do campo de Peregrino referem-se à certificação de 1 de janeiro de 2024, descontando a produção do campo ao longo do ano de 2024.

No campo de Frade, as reservas 1P foram revisadas considerando a performance inferior à esperada de alguns poços produtores em 2024. Além disso, a certificação de 2025 prevê 1 novos poços *infill* produtores no reservatório N570.

No campo de Wahoo, a certificação de 2025 apresentou um aumento de 46 milhões de barris, considerando 100% da reserva do campo, em função do resultado favorável à PRIO na arbitragem. Adicionalmente, houve um ajuste no CAPEX total de US\$ 830 milhões para US\$ 850 milhões, devido à postergação de serviços em razão dos atrasos no licenciamento ambiental para o campo.

No campo de Albacora Leste, a curva de produção 1P foi ajustada considerando a performance dos reservatórios e postergação da curva de produção devido aos atrasos de licenciamento de Wahoo que também postergou o plano de revitalização do Campo. O CAPEX por barril adicionado foi positivamente impactado pela reabertura de poços que carregam CAPEX relativamente baixo (*workover*).

Por fim, no cluster Polvo e TBMT, a nova certificação considerou 1 novo poço produtor no campo de Polvo, Well B, em 2025 e 1 novo poço produtor, Well A, em 2026. Com relação ao CAPEX, a certificação de 2025 considera 2 novos poços em Polvo e 2 *workovers* em Tubarão Martelo. Assim, o CAPEX por

barril adicionado apresentou uma redução comparado com a última certificação, positivamente impactado pelo CAPEX para *workover* dos poços de Tubarão Martelo.

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Ao longo de 2024, a Companhia seguiu comprometida com a manutenção e o desenvolvimento de seus ativos, alinhada à estratégia de aumentar a eficiência e prolongar a vida útil dos campos em operação, o que contribui diretamente para a redução de emissões. No entanto, devido à menor produção no período e à ausência de anuência para os *workovers* dos poços TBMT-10H e TBMT-4H, a Companhia registrou uma média de emissões relativas de 24,8 kgCO₂e/boe² em 2024, um aumento de 17% em relação a 2023.

A PRIO também deu continuidade ao TAC Frade, possibilitando diversas atividades em todo território fluminense e com a realização de seminários de educação ambiental e de Pesquisa Marinha e Pesqueira. A APA Mico-Leão-Dourado foi incluída dentre as Unidades de Conservação apoiadas pelo projeto, sendo adquiridos máquinas e equipamentos para parques e áreas de proteção ambiental.

A Companhia acredita que segurança e excelência operacional andam juntas. Por isso, em 2024, a PRIO implementou programas e ações estratégicas voltadas à segurança, como os Cartões de Observação, além de promover diversos treinamentos e campanhas ao longo do ano, incluindo o Escape Game, o treinamento sobre SCSO³ e o Mês da Segurança. No 4T24, também foi realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), com o tema "Cuidar de Si é Cuidar de Todos". Essas iniciativas têm fortalecido significativamente a cultura de segurança na Companhia.

Para a PRIO, o ativo mais valioso são as pessoas. Por isso, a Companhia segue incentivando e disponibilizando diversas atividades para seus colaboradores. No 4T24, a Companhia seguiu promovendo atividades ao ar livre, como o PRIO Trekking, com trilhas no Morro do Corcovado e a Travessia das Praias Selvagens. A Companhia também promoveu a participação em corridas de rua, com a segunda etapa da corrida Night Run e participação no XTerra – Búzios. Devido a esse compromisso com a saúde e bem-estar físico e mental de todos os funcionários, a PRIO recebeu o reconhecimento no nível Bronze no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV) da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV).

A Companhia também acredita no poder transformacional de retornar para a sociedade as suas conquistas ao apoiar projetos sociais e de incentivo à cultura. Assim, no 4T24, a PRIO reforçou a presença da sua assinatura I ❤️ PRIO ao patrocinar eventos como Natal Solidário, os musicais A Noviça Rebelde e Tom Jobim. Nesse trimestre, a Companhia promoveu ainda o primeiro TEDx Rio Women, além de eventos como Ela Verão e Fronteiras do Pensamento.

A PRIO segue comprometida em liderar o caminho para um futuro melhor, cultivando uma cultura de excelência operacional, que prioriza a segurança, saúde e o respeito a sociedade e ao meio ambiente.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A PRIO apresenta abaixo o desempenho financeiro com e sem o impacto das mudanças no IFRS 16, e representações dos lançamentos contábeis não-caixa e não recorrentes e seus impactos nas demonstrações quando ilustradas em dólares.

Resultados do Período (Em milhares de US\$)

	Ex-IFRS 16			Acumulado - Ex - IFRS16			Inclui IFRS 16		
	4T23	4T24	Δ	2023	2024	Δ	2023	2024	Δ
¹ Emissões escopo 1 e 2									
² As informações de 2024 se referem ao Inventário parcial, ainda não confirmado e podem sofrer pequenas alterações.									
Receita Total (crescimento de Segurança Operacional (SCSO))	690.652	536.017	-22%	2.623.111	2.400.624	-8%	2.623.111	2.400.624	-8%
Resultado de comercialização	(52.366)	(23.558)	-55%	(137.278)	(96.924)	-29%	(137.278)	(96.924)	-29%
Receita Total - FOB	638.285	512.459	-20%	2.485.832	2.303.700	-7%	2.485.833	2.303.700	-7%
Impostos de venda interna e exportação	(4.521)	(23.602)	422%	(84.868)	(27.347)	-68%	(84.868)	(27.347)	-68%
Receita Líquida	633.765	488.857	-23%	2.400.965	2.276.353	-5%	2.400.965	2.276.353	-5%
Custos de Produto Vendido	(57.230)	(88.045)	54%	(273.641)	(296.577)	8%	(230.925)	(246.996)	7%
Royalties	(75.587)	(51.146)	-32%	(230.551)	(225.996)	-2%	(230.551)	(225.996)	-2%
Resultado das Operações	500.948	349.666	-30%	1.896.772	1.753.780	-8%	1.939.489	1.803.361	-7%
Despesas gerais e administrativas	(38.882)	(27.359)	-30%	(90.563)	(90.961)	0%	(89.096)	(90.960)	2%
Outras receitas (despesas) operacionais	47.269	(20.595)	-144%	5.297	12.215	131%	5.297	12.215	131%
EBITDA	509.335	301.712	-41%	1.811.507	1.675.034	-8%	1.855.690	1.724.616	-7%
Margem EBITDA	80%	62%	-12 p.p.	75%	74%	-1 p.p.	77%	76%	-1 p.p.
Depreciação e amortização	(57.117)	(127.439)	123%	(357.258)	(463.087)	30%	(394.727)	(499.066)	26%
Resultado financeiro	(55.511)	(8.088)	-85%	(178.472)	(69.858)	-61%	(212.705)	(97.463)	-54%
<i>Receita Financeira</i>	155.704	1.354.840	770%	319.961	1.856.661	480%	319.961	1.856.661	480%
<i>Despesa Financeira</i>	(211.215)	(1.362.928)	545%	(498.433)	(1.926.518)	287%	(532.666)	(1.954.124)	267%
Imposto de renda e contribuição social	(72.492)	908.229	-1353%	(189.056)	594.060	-414%	(189.056)	594.060	-414%
Lucro (Prejuízo) do Período	324.215	1.074.414	231%	1.086.720	1.736.149	60%	1.059.203	1.722.148	63%
EBITDA ajustado*	462.066	322.307	-30%	1.806.210	1.662.819	-8%	1.850.393	1.712.401	-7%
Margem EBITDA ajustada	73%	66%	-7 p.p.	75%	73%	-2 p.p.	77%	75%	-2 p.p.

*O EBITDA Ajustado é calculado semelhante ao EBITDA, desconsiderando a linha composta com efeitos não recorrentes "Outras Receitas e Despesas".

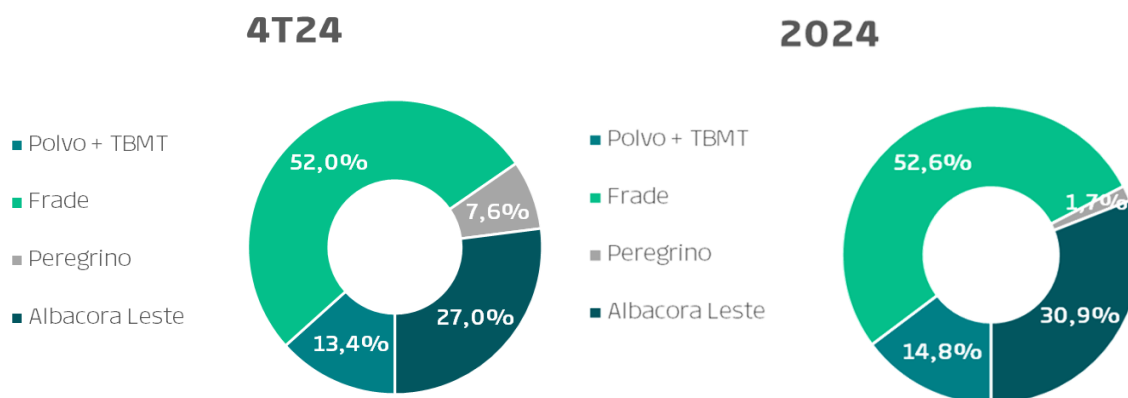
Estoque de óleo	4T23	3T24	4T24	4T24 X 4T23	4T24 X 3T24
Saldo em barris (kbbbl)	1.836	1.473	1.958	-6,2%	32,9%
Campo de Frade	794	614	401	-49,5%	-34,6%
Albacora Leste	489	59	228	-53,3%	287,3%
Cluster Polvo e TBMT	553	800	814	47,3%	1,8%
Peregrino	-	-	513	n/a	n/a
Custo do Estoque (US\$ mil)	52.534	55.175	81.204	54,6%	47,2%
Campo de Frade	13.230	14.318	2.909	-78,0%	-79,7%
Albacora Leste	21.060	3.276	8.856	-57,9%	170,3%
Cluster Polvo e TBMT	18.244	37.581	25.206	38,2%	-32,9%
Peregrino	-	-	44.233	n/a	n/a

Em 2024, a PRIO registrou uma receita total de US\$ 2,4 bilhões, 8% inferior ao registrado em 2023. Essa redução é explicada principalmente pela queda de 5% da produção e, consequentemente, de 9% das vendas na comparação anual. Além disso, o preço do *Brent* no ano foi 3% inferior ao do ano anterior.

No trimestre, a Companhia registrou receita 22% inferior à do 4T23, reflexo da redução de 13% na produção e de 16% dos *offtakes*. Adicionalmente, o *Brent* médio do período foi de US\$ 74,01, 11% inferior quando comparado ao do 4T23. Assim, a receita total do 4T24 totalizou US\$ 536 milhões.

Analisando a receita trimestral, o campo de **Frade** foi responsável por 52% da receita total da Companhia, o *cluster* de **Polvo e TBMT** representou 13% da receita total, o campo de **Albacora Leste** contribuiu 27% para a receita total da PRIO, enquanto o campo **Peregrino**, adquirido em dezembro, foi responsável por 8%. Na receita anual, o campo de **Frade** contribuiu em 53%, *cluster* de **Polvo e TBMT** foi responsável por 15% da receita, **Albacora Leste** contribuiu em 31%, enquanto **Peregrino** contribuiu em 2%. No gráfico abaixo, pode ser verificada a representatividade de cada ativo no total da receita da Companhia:

Receita por Ativo



O resultado de comercialização totalizou US\$ 97 milhões negativos no ano, 29% abaixo do valor apresentado em 2023, reflexo da menor quantidade de vendas no período. Apesar da redução no volume total de óleo vendido, o resultado de comercialização por barril vendido foi 23% inferior ao de 2023, demonstrando uma maior eficiência decorrente da estratégia de *trading* da Companhia. No trimestre, o resultado foi de US\$ 24 milhões negativos, 55% menor comparado ao do 4T23.

No 4T24, a Companhia registrou US\$ 24 milhões em impostos de venda interna e exportação, um aumento de 422% comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento é explicado pelo maior volume de vendas internas realizadas no 4T24. Na comparação anual, os impostos de venda interna e exportação totalizaram US\$ 27 milhões, 68% menor que o apresentado em 2023, uma vez que de março a junho de 2023 houve o impacto do imposto sobre exportação de petróleo.

Os Custos dos Produtos Vendidos (“CPV”) no ano somaram US\$ 297 milhões (ex-IFRS 16), 8% acima do registrado em 2023, impactado principalmente pela aquisição de 40% do campo Peregrino no 4T24. No trimestre, o CPV totalizou US\$ 88 milhões, um aumento de 54% na comparação com 4T23.

A Companhia reconheceu no ano um Resultado Operacional (ex-IFRS 16) de US\$ 1,7 bilhão, 8% inferior ao registrado no 2023, em função da redução das vendas e do *Brent* no período. Na comparação trimestral, o resultado foi 30% inferior, totalizando US\$ 350 milhões.

As despesas gerais e administrativas, que incluem gastos com M&A, pessoal, projetos, geologia e geofísica, ficaram em linha na comparação de 2024 com 2023, totalizando US\$ 91 milhões. No trimestre, elas registraram uma redução de 30% comparado ao 4T23, somando US\$ 27 milhões.

A Companhia registrou EBITDA ajustado no ano (ex-IFRS 16) de US\$ 1,6 bilhão, 8% inferior frente ao resultado de 2023, devido ao menor resultado operacional em 2024. No trimestre, o EBITDA ajustado foi de US\$ 322 milhões, uma redução de 30% comparado ao do 4T23, reflexo também do menor resultado operacional do período.

No ano, a receita financeira da Companhia aumentou 480% enquanto a despesa financeira cresceu 287% em relação a 2023. Assim, o resultado financeiro (ex-IFRS 16) em 2024 foi negativo em US\$ 70 milhões, comparado a um resultado negativo de US\$ 178 milhões no ano anterior, sendo positivamente impactado pelo aumento da receita financeira, em consequência da maior posição de caixa em relação ao ano anterior. No trimestre, o resultado financeiro (ex-IFRS 16) foi negativo em US\$ 8 milhões, comparado a um valor negativo de US\$ 55 milhões no mesmo período do ano anterior.

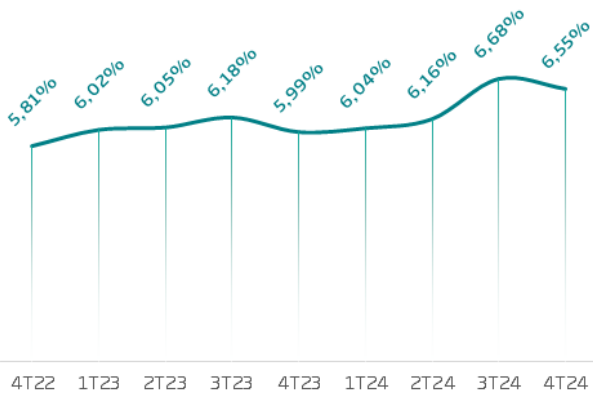
O lucro líquido (ex-IFRS 16) do ano foi positivo em aproximadamente US\$ 1,7 bilhão, um aumento de 60% em relação a 2023. No trimestre, o lucro líquido totalizou US\$ 1,1 bilhão, um aumento de 231% na comparação com o 4T23. Esse aumento é explicado pelo registro integral do crédito referente ao prejuízo fiscal da PRIO Forte (antiga Dommo) em função da transferência dos ativos Frade, Albacora Leste e Wahoo para a Companhia, suportando a realização desses créditos.

CAIXA, DÍVIDA E FINANCIAMENTOS

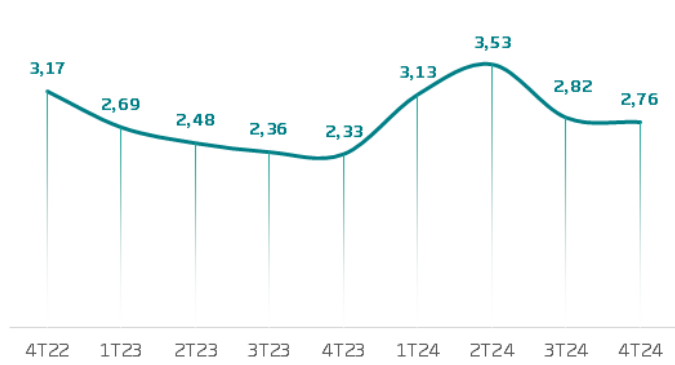
No quarto trimestre de 2024, a PRIO emitiu aproximadamente US\$ 25 milhões em dívidas bilaterais e amortizou US\$ 15 milhões. Com isso, o custo médio da dívida da Companhia no trimestre foi de 6,55% com *duration* de 2,76 anos.

A PRIO mantém o custo e *duration* das dívidas em patamares considerados adequados pela Companhia e segue monitorando o mercado nacional e internacional buscando oportunidades de forma a manter sua estrutura de capital robusta.

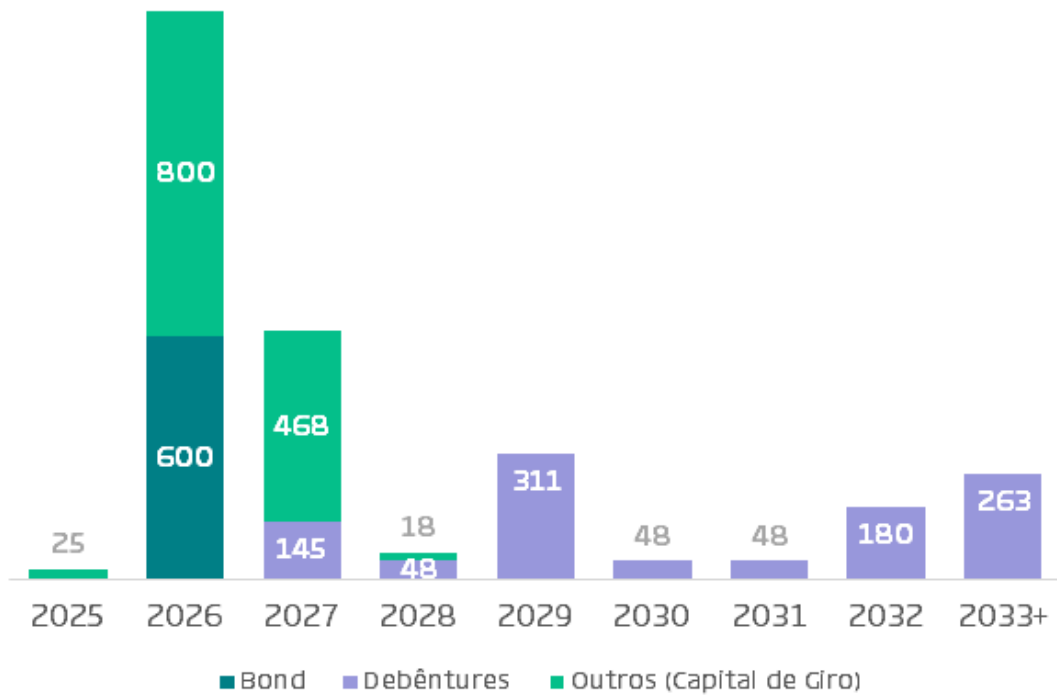
Custo Médio da Dívida



Duration (em anos)



Cronograma de amortização
(em US\$ MM)

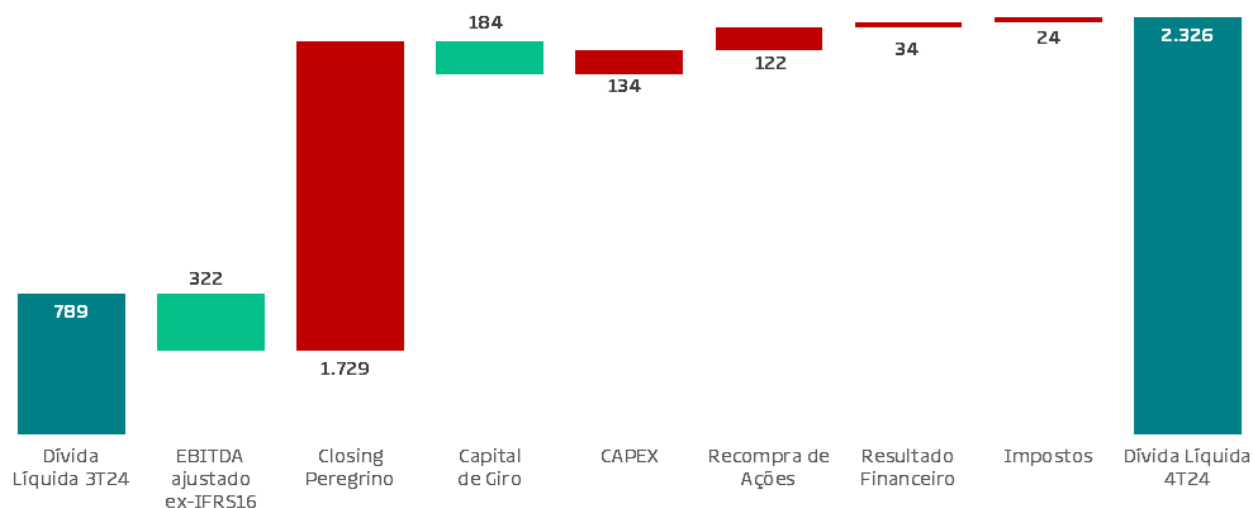


VARIAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA

No 4T24, a posição de dívida líquida da PRIO aumentou em aproximadamente US\$ 1,5 bilhão comparado com o 3T24, explicada pelas seguintes variações:

- *Closing* Peregrino: pagamento final da aquisição de 40% do campo de Peregrino, considerando o ajuste de geração de caixa do *effective date* até o *closing*, US\$ 63 milhões de correção monetária e aquisição do *net working capital* no valor de US\$ 240 milhões da companhia adquirida.
- Capital de Giro: majoritariamente devido à redução de recebíveis, incluindo recebíveis da companhia adquirida.
- CAPEX: compra de materiais majoritariamente para o desenvolvimento de Wahoo, bem como aquisição de materiais para Albacora Leste.

Variação da Dívida Líquida (US\$ MM)

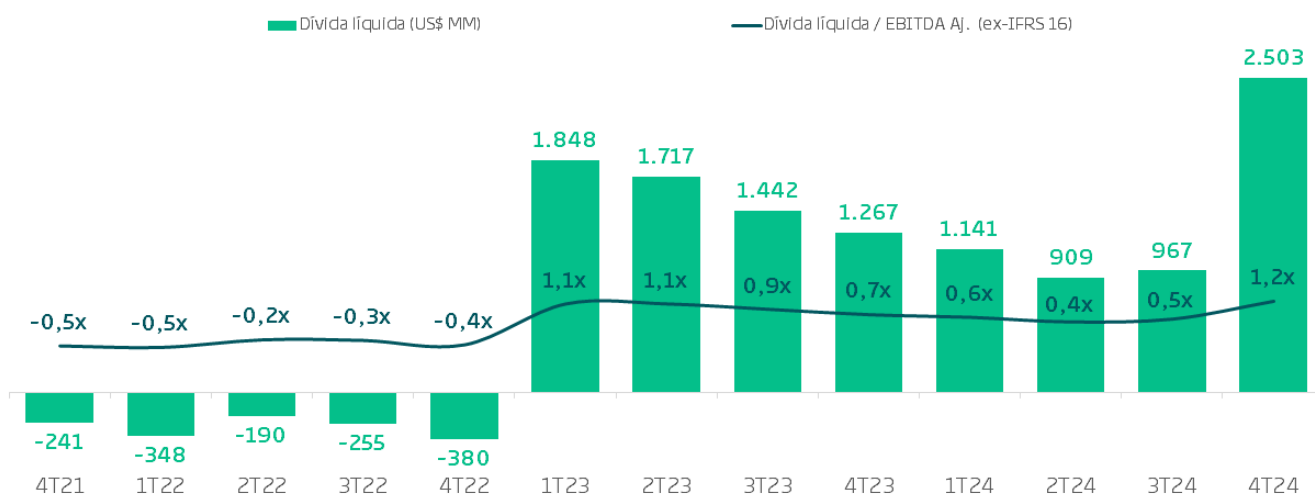


ALAVANCAGEM

No quarto trimestre de 2024, a Companhia realizou o pagamento da aquisição de 40% do campo Peregrino; além disso deu continuidade em sua execução do CAPEX principalmente na finalização das compras de materiais para o campo de Wahoo e emitiu dívidas bilaterais no valor de US\$ 25 milhões. Com isso, a PRIO encerrou o trimestre em posição de dívida líquida, conforme gráfico abaixo.

O índice de alavancagem foi calculado de acordo com os covenants estabelecidos no âmbito da emissão de notas representativas da dívida (“bonds”) e da emissão das debêntures, ou seja, foi considerado um possível pagamento adicional referente à aquisição de Albacora Leste (“earn-outs”).

Dívida Líquida / EBITDA ajustado (ex-IFRS 16)
(em US\$ MM)



Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes em instruções emitidas pela CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, autorizando sua divulgação.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2025.

Parecer do Conselho de Fiscal

O Conselho Fiscal da PRIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei das S.A., examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representante da administração da Companhia e no parecer, sem ressalvas, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, recomendando sua aprovação.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2025.

Parecer do Comitê de Auditoria

Em reunião iniciada no dia 28 de fevereiro de 2025, suspensa na mesma data e retomada no dia 11 de março de 2025, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da PRIO S.A. (“PRIO” ou “Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras consolidadas, incluindo notas explicativas, a versão final do Relatório da Administração da Companhia, bem como a proposta de destinação do respectivo resultado, todos com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as informações prestadas pelo representante da administração da PRIO, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, favoravelmente a tais documentos, atestando que os mesmos se encontram de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à sua elaboração, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2025.

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

O presente relatório tem como objetivo divulgar, de forma resumida, as atividades desempenhadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário da PRIO S.A. (respectivamente, “PRIO” ou “Companhia” e “Comitê de Auditoria” ou “Comitê”) no exercício social de 2024, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, com destaque para as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, em cumprimento ao disposto no artigo 22, §1º do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”), no artigo 31-D, inciso VI da Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021 (“Resolução CVM nº 23/2021”) e no artigo 28 do Regimento do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros titulares, sendo pelo menos 1 (um) membro do Conselho de Administração que não participe da diretoria, e a maioria de membros independentes, em cumprimento ao disposto no artigo 31-C da Resolução CVM nº 23/2021 e no artigo 22, inciso V do Regulamento do Novo Mercado, sendo um deles com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação aplicável, intitulado Especialista Financeiro.

Atualmente, o Comitê de Auditoria da PRIO é composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) membros independentes do Conselho de Administração e 1 (um) membro independente externo, eleitos em 26 de fevereiro de 2021 e reeleitos em 07 de fevereiro de 2023:

- (i) Felipe Villela Dias | Coordenador do Comitê de Auditoria;
- (ii) Felipe Bueno da Silva | Membro Titular do Comitê de Auditoria; e
- (iii) Anderson dos Santos Amorim | Membro Titular do Comitê de Auditoria.

No período entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria reuniu-se formalmente em 8 (oito) ocasiões, sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 4 (quatro) reuniões extraordinárias.

Na qualidade de órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, as decisões do Comitê de Auditoria constituem recomendações não vinculantes, devendo ser acompanhadas pela respectiva análise que as suporte.

Principais temas discutidos pelo Comitê de Auditoria entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2024:

Na primeira Reunião do Comitê de Auditoria, realizada 29 de fevereiro de 2024, a Diretoria Financeira da Companhia deu início aos trabalhos apresentando prévia dos resultados do quarto trimestre do exercício social de 2023. Na mesma ocasião, o representante da área de Auditoria Interna da Companhia apresentou (i) o relatório de atividades de Auditoria Interna realizadas no exercício social de 2023, acompanhado das conclusões obtidas com base nas auditorias realizadas no âmbito do Plano Anual de Auditoria no período em referência; e (ii) a proposta de Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício social de 2024, tendo o Comitê de Auditoria avaliado como satisfatórias as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna no exercício social de 2023 e deliberado recomendar ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna referente ao ano de 2024. Os Srs. membros do Comitê de Auditoria discutiram então os termos da minuta

do relatório resumido das atividades realizadas pelo Comitê no exercício social de 2023, tendo deliberado pela sua submissão ao Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 07 de março de 2024, a Diretoria Financeira da Companhia apresentou os destaques financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, tendo os membros do Comitê deliberado emitir parecer favorável às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo notas explicativas, ao relatório da administração, bem como à proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social em referência.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 06 de maio de 2024, o Diretor Financeiro da Companhia apresentou os destaques financeiros do primeiro trimestre do exercício social de 2024, tendo os representantes da Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., auditores externos da Companhia, exibido os principais aspectos de revisão das demonstrações financeiras intermediárias relativas ao primeiro trimestre de 2024 e apontado os principais assuntos examinados no período. Após discussão das informações, o Comitê deliberou emitir parecer favorável às Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 29 de julho de 2024, a Diretoria Financeira da Companhia apresentou os destaques financeiros do segundo trimestre do exercício social de 2024, tendo os membros do Comitê de Auditoria deliberado pela emissão de parecer favorável às Informações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024. Ao final, o coordenador do Comitê sugeriu a realização de reunião com o representante da área de Auditoria Interna para acompanhamento dos trabalhos realizados no âmbito do Plano Anual de Auditoria do exercício corrente.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 12 de agosto de 2024, o representante da área de Auditoria Interna apresentou aos Srs. membros do Comitê material contendo (i) informações das atividades desempenhadas pela área no âmbito do plano anual de trabalho referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, destacando as conclusões obtidas nas auditorias realizadas no referido período, e (ii) as melhorias nos processos conduzidos pela área, tendo exposto breve resumo acerca da execução do plano de atividades relativo ao exercício de 2024, pelo que os membros do Comitê se declararam satisfeitos com as informações fornecidas. Na sequência, o Compliance Officer da Companhia exibiu material contendo (i) a estrutura de governança da área de compliance; (ii) as funcionalidades do Canal de Integridade da Companhia; bem como (iii) o tratamento das denúncias recebidas, tendo os membros do Comitê se declarado satisfeitos com as informações prestadas.

Na mesma oportunidade, os membros do Comitê de Auditoria opinaram pela conveniência da contratação de novos serviços a serem prestados pelos auditores independentes da Companhia, e por sociedade estrangeira a eles relacionada, relativos à (i) assessoria de subsidiária da Companhia na elaboração da Declaração Anual de Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; e (ii) assessoria em questões ad-hoc de natureza fiscal do Grupo PRIO e na preparação de documentos de subsidiárias da Companhia constituídas sob as Leis do Grão Ducado de Luxemburgo.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 12 de setembro de 2024, os representantes da Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., auditores externos da Companhia, apresentaram o plano de auditoria externa para o exercício social de 2024, com destaque à estrutura da equipe responsável pelo atendimento da Companhia, ao cronograma de trabalho para o ano e aos principais assuntos e áreas de ênfase na auditoria, tendo os membros do Comitê avaliado as informações fornecidas como satisfatórias. Por fim, o Comitê deliberou opinar pela conveniência da contratação de novos serviços a serem prestados pelos auditores independentes relativos à emissão de cartas conforto sobre as informações contábeis e financeiras da Companhia nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023, bem como findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, no âmbito de bond offering memorandum.

Na Reunião do Comitê de Auditoria do dia 1 de novembro de 2024, o Diretor Financeiro da Companhia apresentou os destaques financeiros do terceiro trimestre do exercício social de 2024, tendo os auditores independentes da Companhia exibido material com os principais assuntos examinados no período e os respectivos resultados decorrentes da revisão das informações trimestrais. Ao final, os Srs. membros do Comitê deliberaram emitir parecer favorável às Informações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024.

Por fim, na última Reunião do Comitê de Auditoria do exercício social de 2024, realizada em 17 de dezembro de 2024, seus membros discutiram e deliberaram pela conveniência da contratação de novos serviços a serem prestados pelos auditores independentes da Companhia, relativos à (i) emissão de cartas conforto no âmbito do bond offering memorandum, sobre as informações contábeis e financeiras consolidadas da Companhia referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023, bem como aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021; e à (ii) assessoria a subsidiárias estrangeiras da Companhia em questões ad-hoc de natureza fiscal e jurídica, tendo concluído que a prestação dos referidos serviços não compromete a independência dos auditores externos.

Composição do Conselho de Administração

Nelson de Queiroz Sequeiros Tanure
Presidente

Emiliano Fernandes Lourenço Gomes
Felipe Bueno da Silva
Felipe Villela Dias
Flávio Vianna Ulhôa Canto
Gustavo Rocha Gattass
Marcia Raquel Cordeiro de Azevedo
Roberto Bernardes Monteiro

Composição do Conselho Fiscal

Titulares

Elias de Matos Brito
Gilberto Braga
Marco Antônio Peixoto Simões Velozo

Suplentes

Ronaldo dos Santos Machado
Cícero Ivan do Vale
Anderson Mascouto Peixoto

Composição da Diretoria Executiva

Roberto Bernardes Monteiro
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Milton Salgado Rangel Neto
Diretor Financeiro

Francisco Francilmar Fernandes
Diretor de Operações

Contador

Rafael Gonçalves Sierra
CRC / RJ 095205/0-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Prio S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Prio S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Combinação de negócios e aquisição de ativos

Conforme divulgado nas notas explicativas 1 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu, por meio de sua controlada indireta Prio Luxembourg Holding Sarl. (“Lux Holding”), em 05 de dezembro de 2024, o processo de aquisição de ações e controle da Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A. (anteriormente denominada Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A.). Esta transação foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3 - Business Combinations).

A transação requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva da transação, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos e a mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, para o caso de combinação de negócios.

Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos esse como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos e controles internos da Companhia para identificação e mensuração de transações não rotineiras, bem como o processamento a luz do pronunciamento técnico adequado; (ii) a leitura dos documentos que formalizaram as operações e a obtenção de evidências que fundamentaram a determinação das datas de aquisição e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas da Companhia e dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio dos nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a combinação de negócios, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios

e premissas aplicadas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Perda por redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

Conforme divulgado nas notas explicativas 2, 8, 9, 15 e 19 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ativo imobilizado, intangível e direito de uso nos montantes de R\$22.876.260 mil, R\$16.502.462 mil e R\$2.421.249 mil, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36 – *Impairment of Assets*), a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável (“impairment”) das suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”) e realizou o cálculo do valor recuperável, avaliando sobre a necessidade de registro de *impairment*. Para o cálculo do valor recuperável dos ativos, a Companhia utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado que incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados ao nível de produção futura, preço das commodities, custo de produção e premissas econômicas como taxas de desconto e taxas de câmbio onde a Companhia opera.

Devido à relevância dos saldos do ativo imobilizado, do ativo intangível e do direito de uso, e a complexidade na determinação das premissas usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada UGC, consideramos esse como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo e controles internos da Companhia para elaboração de estudo que permita a identificação da necessidade de registro de perda por redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment); (ii) avaliação das premissas da Companhia para determinar o valor recuperável dos seus ativos, incluindo aqueles relacionados a projeção das reservas de óleo e gás, custo de produção, preço das commodities, investimentos de capital, taxas de desconto e taxas de câmbio; (iii) avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (iv) a utilização de especialistas em modelos de valorização para avaliar as premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas pela Diretoria da Companhia; e (v) a realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o cálculo do valor recuperável dos ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ativos adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2, 8, 9, 15 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Estimativa de provisões para abandono de instalações

Conforme divulgado nas notas explicativas 2 e 17 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contabilizado provisão para o abandono de instalações (ARO) no montante de R\$3.387.766 mil. Devido à natureza das suas operações, a Companhia incorrerá em obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do encerramento da produção de petróleo e gás em cada área correspondente. A reabilitação de áreas e do meio ambiente é requerida tanto pela legislação em vigor quanto pelas políticas da Companhia. Estimar os custos associados a

estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como o período de utilização de determinada área, o tempo necessário para reabilitá-la e determinadas premissas econômicas como taxa de desconto, taxas de conversão de moeda estrangeira e os valores originais que são cotados por fornecedores específicos. Devido à relevância da provisão para abandono das áreas e o nível de incerteza para a determinação da sua estimativa que pode impactar o valor dessa provisão nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora, consideramos esse como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo e controles internos da Companhia sobre as estimativa de provisões para abandono de instalações, (ii) avaliação dos procedimentos relacionados à determinação das estimativas do valor da provisão para restaurar e reabilitar ativos de produção de petróleo; (iii) análise da previsão da época do abandono a partir das projeções de produção e estimativa da data limite da economicidade do ativo; (iv) com auxílio de nossos especialistas de modelos financeiros, analisamos as premissas utilizadas, incluindo o custo base das áreas a serem abandonadas, taxas de inflação, de desconto e de risco; (v) análise da movimentação da provisão no exercício relativa às áreas abandonadas, restauradas/reabilitadas e a obrigação ambiental pertinente, visando avaliar os principais inputs, como os custos, a inflação e as taxas de desconto, assim como do plano de abandono; (vi) conferência aritmética dos resultados das estimativas, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais; e (vii) avaliação da adequação da divulgação da provisão das obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do abandono de áreas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados consideramos que os critérios e premissas, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2 e 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeira tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme divulgado nas notas explicativas 2 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos no montante líquido de R\$5.636.399, constituído por diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve avaliar anualmente a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo e controles internos da Companhia para elaboração de estudo de projeções de lucro tributáveis, que viabilize a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos; (ii) avaliação das premissas, bem como o modelo utilizado, pela Companhia para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos, incluindo aqueles relacionados a projeção das reservas de óleo e gás, custo de produção, preço das commodities, e taxas de câmbio; (iii) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções de lucros tributáveis anteriores para identificar eventual inconsistência no desempenho da Companhia em relação as estimativas no futuro; (iv) a utilização de especialistas tributários para nos auxiliar em avaliar a natureza dos impostos diferidos, e testar o saldo constituído pela Companhia; (v) revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos pela Companhia, consideramos que os critérios e premissas aplicadas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativa 2 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC- SP-015199/F


Beatriz Gonçalves de Moraes Nicolaci
Contador CRC-RJ091370/O

Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.351	18.248	3.993.359	2.335.403
Contas a receber	4	-	-	931.770	1.743.491
Estoque de óleo	23	-	-	502.841	254.330
Estoque de consumíveis		-	-	701.903	397.321
Instrumentos financeiros		-	-	-	358
Tributos a recuperar	5	2.107	1.954	1.203.464	347.658
Adiantamentos a fornecedores	6	-	34	584.337	100.227
Adiantamentos a parceiros	18	-	-	-	93.188
Despesas antecipadas		9	75	32.832	22.129
Outros créditos		-	-	2.066	769
		<u>12.467</u>	<u>20.311</u>	<u>7.952.572</u>	<u>5.294.874</u>
Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	6	-	-	881	225
Marcação a mercado dos swaps das debêntures	14	-	-	-	80.698
Depósitos e cauções	30	-	-	171.082	29.971
Tributos a recuperar	5	-	-	185.260	4.225
Tributos diferidos	16	28.940	10.191	5.636.399	516.582
Partes relacionadas	21	17.970	9.355	-	-
Direito de Uso (Leasing CPC 06.R2 IFRS 16)	15	-	-	2.421.249	2.044.361
Investimentos	7	26.541.494	14.403.401	-	-
Imobilizado	8	163	224	22.876.260	9.425.118
Intangível	9	-	-	16.502.462	10.914.878
		<u>26.588.567</u>	<u>14.423.171</u>	<u>47.793.593</u>	<u>23.016.058</u>
Total do ativo		<u><u>26.601.034</u></u>	<u><u>14.443.482</u></u>	<u><u>55.746.165</u></u>	<u><u>28.310.932</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	10	1.382	644	757.596	834.778
Obrigações trabalhistas	11	8.935	15.083	252.270	266.893
Tributos e contribuições sociais	12	167	676	830.285	593.007
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	116.157	1.212.632
Debêntures locais (inclui swaps de conversão)	14	-	-	133.066	39.430
Encargos contratuais (Leasing IFRS 16)	15	-	-	329.670	224.502
Adiantamento de parceiros	18	-	-	191.816	-
Contas a pagar earn out Albacora Leste	9	-	-	1.077.584	288.465
Outras contas a pagar		-	-	-	4.104
		10.484	16.403	3.688.444	3.463.811
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	11.819.920	4.340.854
Marcação a mercado dos swaps das debêntures	14	-	-	1.483.243	-
Debêntures locais (inclui swaps de conversão)	14	-	-	6.332.805	1.800.248
Provisão para abandono de instalações	17	-	-	3.387.766	1.121.429
Provisão para contingências	30	400	400	758.036	946.101
Partes relacionadas	21	665.775	548.214	-	-
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	15	-	-	2.218.816	1.936.736
Contas a pagar earn out Albacora Leste	9	-	-	-	786.723
Outras obrigações		183	185	132.943	36.750
		666.358	548.799	26.133.529	10.968.841
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	20	10.611.387	5.352.792	10.611.387	5.352.792
Reservas de capital		(1.016.199)	(171.877)	(1.016.199)	(171.877)
Reservas de lucros		13.903.347	8.801.741	13.903.347	8.801.741
Ajuste acumulado de conversão		3.908.900	(184.660)	3.908.900	(184.660)
Ajuste de avaliação patrimonial	14	(1.483.243)	80.284	(1.483.243)	80.284
		25.924.192	13.878.280	25.924.192	13.878.280
Total do passivo e patrimônio líquido		26.601.034	14.443.482	55.746.165	28.310.932

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$, exceto lucro/prejuízo por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	22	-	-	14.360.653	11.905.041
Custos dos produtos/serviços	23	-	-	(7.085.876)	(4.246.137)
Resultado bruto		-	-	7.274.777	7.658.904
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de geologia e geofísica		-	-	(46.868)	(24.362)
Despesas com pessoal		(49.406)	(4.323)	(224.535)	(234.697)
Despesas gerais e administrativas		(418)	(252)	(56.443)	(68.985)
Despesas com serviços de terceiros		(7.398)	(3.335)	(137.231)	(73.015)
Impostos e taxas		(3.897)	(4.201)	(31.674)	(29.144)
Despesa de depreciação e amortização		(112)	(298)	(106.422)	(137.190)
Resultado de equivalência patrimonial	7	10.300.713	5.225.190	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(543)	(12.920)	273.857	64.351
Resultado operacional antes do resultado financeiro		10.238.939	5.199.861	6.945.461	7.155.862
Receitas financeiras	25	956	1.755	865.730	170.833
Despesas financeiras	25	(51.218)	(15.937)	(1.576.425)	(1.074.828)
Variações cambiais, líquidas	25	93.957	(5.035)	126.353	(147.195)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		10.282.634	5.180.644	6.361.119	6.104.672
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	-	-	(567.521)	(683.641)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	18.972	(739)	4.508.008	(241.126)
Lucro do exercício		10.301.606	5.179.905	10.301.606	5.179.905
Resultado por ação básico e diluído					
Básico		12,346	6,164	12,346	6,164
Diluído		12,293	6,114	12,293	6,114

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultados do exercício	10.301.606	5.179.905
Marcação a mercado dos swaps das debêntures locais	(1.563.527)	169.594
(-) Impostos diferidos sobre a marcação a mercado dos swaps	531.599	(57.662)
Ajuste de conversão para a moeda de apresentação	4.093.560	(786.433)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	3.061.632	(674.501)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	13.363.238	4.505.404

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$)

	Reserva de capital			Reserva de lucros	Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Consolidado
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria					
Saldos em 1º de janeiro de 2023	5.319.674	417.862	(40.435)	3.682.453	601.773	(89.310)	-	9.892.017
Integralização de capital	33.118	-	-	-	-	-	-	33.118
Opção de ações outorgada	-	90.001	-	-	-	-	-	90.001
Ajuste de conversão para a moeda de apresentação	-	-	-	-	(786.433)	-	-	(786.433)
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	169.594	-	169.594
Dividendos distribuídos	-	-	-	(60.617)	-	-	-	(60.617)
Ações em Tesouraria	-	-	(505.410)	-	-	-	-	(505.410)
Resultado de recompra de ações preferenciais na controlada	-	(133.895)	-	-	-	-	-	(133.895)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.179.905	5.179.905
Reserva legal	-	-	-	258.995	-	-	(258.995)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	49	-	-	(49)	-
Reserva de investimentos (estatutária)	-	-	-	4.920.861	-	-	(4.920.861)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.352.792	373.968	(545.845)	8.801.741	(184.660)	80.284	-	13.878.280
Saldos em 1º de janeiro de 2024	5.352.792	373.968	(545.845)	8.801.741	(184.660)	80.284	-	13.878.280
Integralização de capital	5.258.595	-	-	(5.200.000)	-	-	-	58.595
Opção de ações outorgada	-	70.870	-	-	-	-	-	70.870
Ajuste de conversão para a moeda de apresentação	-	-	-	-	4.093.560	-	-	4.093.560
Ganho (perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(1.563.527)	-	(1.563.527)
Lucro na venda de ações em tesouraria	-	29.885	-	-	-	-	-	29.885
Ações em Tesouraria	-	-	(111.458)	-	-	-	-	(111.458)
Ações em Tesouraria - reflexo	-	-	(833.619)	-	-	-	-	(833.619)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.301.606	10.301.606
Reserva legal	-	-	-	515.080	-	-	(515.080)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	98	-	-	(98)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	9.786.428	-	-	(9.786.428)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.611.387	474.723	(1.490.922)	13.903.347	3.908.900	(1.483.243)	-	25.924.192

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício (antes de impostos)	10.282.634	5.180.644	6.361.119	6.104.672
Depreciação e amortização	112	298	2.494.296	2.054.585
Receita financeira	(235.128)	(4.833)	(5.757.855)	(819.598)
Despesa financeira	187.762	33.719	6.733.615	2.503.071
Remuneração com base em plano de ações	70.870	90.001	70.870	90.001
Resultado de equivalência patrimonial	(10.300.713)	(5.225.190)	-	-
Provisão para contingências/perdas/P&D	101	(137)	(90.512)	(65.173)
Alteração da provisão do abandono/Contratos de IFRS 16	-	-	(68.409)	(89.275)
Ganho na alienação de ativos mantidos para a venda	-	-	-	(31.849)
Ganho por compra vantajosa	-	-	(58.412)	-
	5.638	74.502	9.684.712	9.746.434
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	-	-	1.321.427	(1.459.931)
Tributos a recuperar	(661)	1.785	(330.100)	(280.224)
Despesas antecipadas	74	418	(1.472)	(9.468)
Adiantamento a fornecedores	34	-	(484.764)	43.789
Estoque de óleo	-	-	(21.657)	252.188
Estoque de consumíveis	-	-	(304.582)	(38.343)
Partes relacionadas	203.648	81.547	-	-
Adiantamento a parceiros em operações de E&P	-	-	136.078	(127.778)
Depósito e cauções	-	13	(7.115)	4.266
Outros créditos	-	(14)	(226)	586
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	17.040	2.040	220.982	(79.935)
Obrigações trabalhistas	7.094	(1.908)	49.856	109.214
Tributos e contribuições sociais	(10.838)	(5.715)	(672.365)	(453.939)
Partes relacionadas	(176.344)	329.498	-	-
Outras obrigações	9	170	78.711	33.428
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	45.694	482.336	9.669.485	7.740.287
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Ativo não circulante mantido para a venda	-	-	-	78.881
(Compra) venda de ativo imobilizado	-	-	(3.603.021)	(4.247.114)
(Compra) venda de ativo intangível	-	-	(12.764)	(395)
(Aquisição) de ativos de óleo e gás	-	-	(11.198.500)	(9.076.128)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de investimento	-	-	(14.814.285)	(13.244.756)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	-	-	7.048.364	1.711.425
Pagamento de principal sobre empréstimos	-	-	(2.549.014)	(1.322.323)
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(469.038)	(344.138)
Encargos contratuais Leasing IFRS 16 - Principal	-	-	(74.087)	(72.543)
Encargos contratuais Leasing IFRS 16 - Juros	-	-	(211.420)	(148.861)
Captação de debêntures	-	-	3.189.707	-
Juros pagos sobre debêntures	-	-	(235.949)	(182.522)
Operação com derivativos	-	-	18.699	-
(Redução) Integralização de capital	58.595	33.118	58.595	33.118
Ações da própria Companhia (mantidas em tesouraria)	(111.458)	(512.008)	(945.077)	(530.641)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(60.618)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades de financiamento	(52.863)	(478.890)	5.830.780	(917.103)
Ajuste de conversão	(728)	(2.346)	971.976	(855.986)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(7.897)	1.100	1.657.956	(7.277.558)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.248	17.148	2.335.403	9.612.961
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	10.351	18.248	3.993.359	2.335.403
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(7.897)	1.100	1.657.956	(7.277.558)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
(Informação suplementar para fins de IFRS)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Vendas de petróleo e gás	-	-	14.360.653	11.905.041
	-	-	14.360.653	11.905.041
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros e outros	(7.398)	(3.335)	(137.231)	(73.015)
Despesas com geologia e geofísica	-	-	(46.868)	(24.362)
Custos dos serviços	-	-	(3.465.182)	(1.194.128)
Valor adicionado bruto	(7.398)	(3.335)	10.711.372	10.613.536
Depreciação e amortização	(112)	(298)	(2.494.296)	(2.054.585)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(7.510)	(3.633)	8.217.076	8.558.951
Valor adicionado recebido em transferência				
Receita financeira	233.396	19.256	7.776.853	1.525.252
Resultado de equivalência patrimonial	10.300.713	5.225.190	-	-
Impostos diferidos	18.972	(739)	4.508.008	(241.126)
Outras receitas	2	13	273.857	610.970
Valor adicionado total a distribuir	10.545.573	5.240.087	20.775.794	10.454.047
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	49.406	4.323	224.535	234.697
Remuneração Direta	48.470	4.084	202.538	197.679
Benefícios	412	163	20.140	30.234
FGTS	524	76	1.857	6.784
Impostos, taxas e contribuições	3.897	4.201	599.195	712.784
Federais	3.535	4.014	593.676	709.213
Estaduais	-	-	1.870	991
Municipais	362	187	3.649	2.580
Remuneração de capitais de terceiros	190.664	51.658	9.650.458	4.326.661
Juros (Despesa financeira)	189.701	38.473	8.361.195	2.576.442
Aluguéis	-	-	41.464	87.566
Outras (royalties, outras despesas)	963	13.185	1.247.799	1.662.653
Remuneração de capitais próprios	10.301.606	5.179.905	10.301.606	5.179.905
Lucro do exercício	10.301.606	5.179.905	10.301.606	5.179.905

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Prio S.A. (“Prio” ou “Companhia”) foi constituída em 17 de julho de 2009. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como principal objetivo a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país e no exterior, com foco na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo e gás natural.

Para efeitos deste relatório, a Prio S.A e suas controladas são denominadas, isoladamente ou em conjunto, “Companhia” ou “Grupo”, respectivamente.

Suas atividades relevantes são realizadas através das controladas Petro Rio Jaguar Petróleo SA. (“Jaguar”), Prio Bravo Ltda (“Bravo”), Prio Forte S.A. (“Forte”) e Prio Tigris Ltda. (“Tigris”), voltadas para a produção de óleo e gás natural, operando nas seguintes Bacias e Campos em 31 de dezembro de 2024:

País	Bacia	Bloco	Campo	Concessionário	%	Status	Fase
Brasil	Campos	BM-C-8	Polvo	Bravo	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	C-M-466	Tubarão Martelo	Bravo	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	Frade	Frade	Jaguar	100%	Operador	Produção
Brasil	Campos	Albacora Leste	Albacora Leste	Jaguar	90%	Operador	Produção
Brasil	Campos	BMC-7	Peregrino	Tigris	40%	Não operador	Produção
Brasil	Campos	BM-C-47	Pitangola	Tigris	40%	Não operador	Produção
Brasil	Campos	BM-C-30	Wahoo	Jaguar	64%	Operador	Exploração
Brasil	Campos	BM-C-32	Itaipu	Jaguar	100%	Operador	Exploração
Brasil	Foz do Amazonas (*)	FZA-M-254	-	Coral	100%	Operador	Exploração
Brasil	Foz do Amazonas (*)	FZA-M-539	Pirapema	Coral	100%	Operador	Exploração

(*) Os contratos de concessão dos blocos na Foz do Amazonas estão suspensos desde 2023 após solicitação da Prio devido ao atraso no licenciamento da região.

Campo de Polvo

A Companhia é operadora e detentora de 100% do contrato de concessão do Campo de Polvo, adquirido da BP Energy do Brasil Ltda. (“BP”) – 60% em 2014 e da Maersk Energia Ltda. (“Maersk”) – 40% em 2015. Em 29 de março de 2023 a concessão do Campo foi transferida da controlada Prio Comercializadora Ltda. (“PrioOG”) para a Controlada Bravo, iniciando um processo de reestruturação/simplificação da estrutura societária do grupo, sem impacto nas demonstrações financeiras.

O Campo de Polvo está localizado na porção sul da Bacia de Campos (offshore), a 100 km a leste da cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 134 km² com vários prospectos para futuras explorações. A produção diária média em 2024 foi de aproximadamente 6,5 mil barris (6,4 mil barris em 2023).

Tubarão Martelo (“TBMT”) e Prio Forte S.A. (“Forte”)

Em 03 de agosto de 2020 a PrioOG concluiu a aquisição de 80% das operações do Campo de Tubarão Martelo e assumiu a operação do Campo.

O Campo de Tubarão Martelo está situado no sul da Bacia de Campos, a cerca de 86 quilômetros da costa do Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 32 km², com lâmina d’água média de 110m. O Campo produziu em 2024



Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aproximadamente 5,4 mil barris de petróleo por dia (9,3 mil barris de petróleo por dia em 2023).

Em 08 de janeiro de 2023 a controlada, Prio OPCO Exploração Petrolífera Ltda. (“OPCO”), concluiu o processo de aquisição de ações e controle da Dommo. A partir desta data, todas as ações da Dommo foram transferidas para a OPCO, em troca de ações PNA que foram resgatadas no mesmo dia por ações PRIO3; e PNB, por sua vez resgatadas em dinheiro no dia 13 de janeiro de 2023, conforme detalhado na Nota Explicativa 9. A Dommo Energia S.A. teve seu nome alterado para Prio Forte S.A. (“Forte”).

FPSO Bravo e conexão entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo

Em 03 de fevereiro de 2020 a Companhia assinou contrato para a aquisição da embarcação FPSO Bravo (Floating, Production, Storage and Offloading – FPSO), construído em 2012 com capacidade de processamento de 100 mil barris de óleo por dia e armazenagem de 1,3 milhão de barris.

Atualmente o FPSO opera nos Campos de Tubarão Martelo e Polvo, através da interligação (“tieback”) com a Plataforma Fixa Polvo A, concluída em 14 de julho de 2021.

Campo de Frade

Em 25 de março de 2019 e 01 de outubro de 2019, a Jaguar concluiu, após cumpridas as condições precedentes e aprovações necessárias, a aquisição de 51,74% e 18,26%, respectivamente, de participação na concessão do Campo de Frade, nos ativos operacionais do Campo, e assumiu a operação do Campo.

Adicionalmente, em 28 de novembro de 2019, a Jaguar assinou contrato de compra e venda com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), para a aquisição dos 30% restantes de participação no Campo, passando a participação do Campo de Frade para 100%. A conclusão desta transação ocorreu em 05 de fevereiro de 2021.

O Campo de Frade está localizado na parte norte da Bacia de Campos, a cerca de 120 quilômetros da costa do Estado do Rio de Janeiro. A licença cobre uma área de aproximadamente 154 km², com lâmina d’água média de 1.155 m. O Campo produziu em 2024 aproximadamente 39,6 mil barris de petróleo por dia (47,5 mil barris de petróleo por dia em 2023).

Campo de Albacora Leste

A Jaguar assinou no dia 28 de abril de 2022 Contrato de Compra e Venda com a Petrobras. para a aquisição de participação de 90% e operação do Campo de Albacora Leste, tendo como parceiro detentor dos 10% restantes a Repsol Sinopec Brasil.

Em 26 de janeiro de 2023, mediante homologação da ANP, foi concluída a aquisição da operação e participação de 90% do Campo de Albacora Leste (“Campo” ou “Albacora Leste”) com a Petrobras. A partir desta data PRIO passa a ser a operadora do ativo, conforme Nota Explicativa 9.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Albacora Leste fica localizado em lâmina d'água de 1.200 metros, no norte da Bacia de Campos, a 23 km do Campo de Frade. Descoberto em 1986, o Campo teve seu first oil em 1998 através de seus 10 poços produtores e 6 poços injetores em operação atualmente, que produziram em 2024, aproximadamente 23,7 mil barris de petróleo por dia (27,3 mil barris de petróleo por dia em 2023).

Campo de Wahoo e Campo de Itaipu

Em 19 de novembro de 2020 foi assinado contrato com a BP Energy do Brasil Ltda. para a aquisição das participações de 35,7% no Bloco BM-C-30 ("Campo de Wahoo" ou "Wahoo"), e de 60% no Bloco BM-C-32 ("Campo de Itaipu" ou "Itaipu"). Em 17 de junho de 2021 a ANP – Agência Nacional de Petróleo aprovou a transferência dos ativos, e em 1 de julho de 2021, ocorreu a assinatura do certificado de conclusão da operação de aquisição, com a Prio se tornando a operadora de ambos os campos de pré-sal e incrementando em aproximadamente 132 milhões de barris em reservas provadas.

Adicionalmente, em 04 de março de 2021, a Companhia assinou contrato com a Total E&P do Brasil Ltda., para a aquisição da participação de 28,6% adicionais em Wahoo, cuja aprovação pela ANP se deu em 08 de julho de 2021. Posteriormente, em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou também com a Total E&P do Brasil Ltda. a aquisição dos 40% restantes do Campo de Itaipu, aprovados pela ANP em 23 de março de 2023. Somada à parcela de Wahoo adquirida da BP, a participação da Prio na concessão passa a ser de 64,3%.

No dia 11 de abril de 2024, a Câmara de Comércio Internacional ("ICC") proferiu a decisão final ("Decisão Arbitral") no processo arbitral relacionado à concessão BM-C-30 ("Wahoo"). A ICC decidiu em favor da PRIO, não reconhecendo violações contratuais da Companhia ou suas subsidiárias, em decorrência da declaração de operação exclusiva de Wahoo. Assim, a Companhia vai continuar a executar o projeto de Wahoo individualmente, e consequentemente 100% da produção dos poços incluídos nessa campanha serão da Prio.

A Decisão Arbitral rejeitou a totalidade dos pedidos feitos pelos autores, determinando que os autores reembolsem a Companhia de todos os custos relacionados à arbitragem e honorários.

No dia 24 de abril de 2024, a Companhia recebeu o montante de R\$ 40.567 (US\$ 7.859 mil) a título de reembolso dos custos de arbitragem da IBV Brasil Petróleo Ltda. ("IBV").

Com o desenvolvimento de Wahoo, previsto para concluir no segundo semestre de 2025, a Companhia formará mais um cluster de produção, e compartilhará toda a infraestrutura com o Campo de Frade (inclusive o FPSO), possibilitando assim a captura de diversas sinergias resultando em uma nova, forte e sustentável redução de lifting cost, com esforço para manter sempre os mais altos padrões de segurança e eficiência. Conforme divulgado na nota explicativa de eventos subsequentes, no dia 28 de fevereiro de 2025, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente ("Ibama") concedeu a Licença de Perfuração para o Campo de Wahoo.

Já Itaipu é um bloco exploratório que se encontra próximo ao cluster do Parque das Baleias e estudos preliminares realizados indicam que a acumulação é potencialmente compartilhada com a região sudeste do cluster e antes da definição de desenvolvimento, poderá ser necessário um processo de unitização. Mais detalhes da aquisição na Nota Explicativa 9.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Campo de Peregrino e Pitangola

No dia 27 de setembro de 2024, a Prio Luxembourg Holding Sarl (“Lux Holding”), controlada indireta da PRIO S.A., assinou Contrato de Compra e Venda com a SPEP Energy Hong Kong Limited e a Sinochem International Oil (Hong Kong) Company Limited (“Sinochem”) para a aquisição da empresa Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A. (anteriormente denominada Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A.), que detém indiretamente, através da controlada Prio Tigris Ltda (anteriormente denominada Sinochem Petróleo Brasil Ltda.) participação de 40% nos Campos de Peregrino e Pitangola (“Peregrino”). Assim, o novo consórcio é formado pela Equinor, operadora do Campo com 60% de participação, e pela Prio, com 40% de participação.

A aquisição foi no valor de US\$ 1.836 milhões após ajustes do capital de giro líquido e outros ajustes de preço usuais para esse tipo de transação (valor inicial de US\$ 1.915 milhões). Do total, US\$ 191,5 milhões foram pagos na assinatura do contrato e o restante na conclusão da transação, que ocorreu no dia 05 de dezembro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes. O valor ajustado na data do closing pode sofrer ainda pequenos ajustes em até 120 dias desta data, conforme contrato de compra e venda. Em 5 de dezembro foi feito o pagamento da diferença do valor total líquido do adiantamento, que somou US\$ 1.644 milhões.

Descoberto em 1994, o Campo de Peregrino teve seu first oil em 2011. Peregrino está localizado a 85 quilômetros da costa, na Bacia de Campos, nos blocos BM-C-7 e BM-C-47 e a 28 quilômetros do Cluster Polvo e Tubarão Martelo.

A produção do Campo é feita através do FPSO Peregrino, com capacidade de processamento de óleo de 110 kbb/d e 300 kbb/d de água. Além disso, o Campo tem 3 plataformas fixas (Peregrino A, B e C) onde são ligados e completados os poços, e que contam com sondas que fazem perfurações e intervenções nos poços. A infraestrutura do Campo é operada pela Equinor e detida pelo consórcio.

O Campo está em sua segunda fase de desenvolvimento, que incluiu a instalação da plataforma fixa Peregrino C e a perfuração de novos poços conectados às plataformas A e C. Atualmente, conta com uma produção de aproximadamente 88 mil barris de petróleo por dia, através de seus 26 poços produtores e 6 poços injetores.

2. Políticas contábeis materiais às demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, que incluem as disposições das Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 13 de março de 2025.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O Grupo preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão refletidos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Empresas consolidadas integralmente	Referência	Situação	Participação			
			31/12/2024		31/12/2023	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Prio Comercializadora Ltda.	“PrioOC”	Trading	100,00%	-	100,00%	-
Prio Energia Ltda.	“PrioEnergia”	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Prio Internacional Ltda.	“PrioIntl”	Holding	0,57%	99,43%	0,62%	99,38%
Prio Luxembourg Holding Sarl	“Lux Holding”	Trading	-	100,00%	-	100,00%
HRT Walvis Petroleum (Pty) Ltd.	“Walvis”	Em liquidação (*)	-	100,00%	-	100,00%
Kunene Energy (Pty) Ltd.	“Kunene”	Em liquidação	-	100,00%	-	100,00%
Orange Petroleum Ltd.	“Orange”	Em liquidação	-	100,00%	-	100,00%
Prio Forte S.A.	“Forte”	Produção	-	100,00%	-	100,00%
Prio Coral Exploração Petrolífera Ltda.	“Coral”	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Prio Bravo Ltda.	“Bravo”	Produção	-	100,00%	-	100,00%
Petro Rio Jaguar Petróleo S.A.	“Jaguar”	Produção	-	100,00%	-	100,00%
Prio O&G International GmbH	“PrioOGIntl”	Holding	-	100,00%	-	100,00%
Prio O&G Trading & Shipping GmbH	“PrioAustria”	Trading	-	100,00%	-	100,00%
Dommo Netherlands Holding BV	“Ned Holding”	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Dommo Netherlands BV	“PrioNed”	Inativa (*)	-	100,00%	-	100,00%
Prio North America LLC	“PrioNorthAmerica”	Inativa (*)	-	100,00%	-	-
Prio GOM LLC	“PrioGOM”	Inativa (*)	-	100,00%	-	-
Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A.	“Stellina”	Inativa (*)	-	100,00%	-	-
Prio Contina B.V.	“Contina”	Inativa (*)	-	100,00%	-	-
Prio Tigris Ltda.	“Tigris”	Produção	-	100,00%	-	-

(*) Não apresenta movimentação.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Moeda de apresentação

Em atendimento à legislação brasileira, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, a partir das informações consolidadas preparadas na moeda funcional da Companhia, que em 1º de janeiro de 2022 foi alterada para o dólar norte-americano, conforme destacado:

- Os ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço (taxa de fechamento);
- Demonstrações do resultado, resultado abrangente, fluxo de caixa e valor adicionado são convertidas pela taxa de câmbio da data das operações (taxa diária); e
- Patrimônio líquido é convertido pela taxa histórica.

As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de “Ajustes acumulados de conversão”.

Moeda Funcional

A Administração da Companhia monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as controladas da Companhia, exceto a Coral tem como moeda funcional o dólar norte-americano.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável.

2.7 Estoque de óleo e gás

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção. O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

2.8 Estoque de consumíveis

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar o produto à sua localização e condição são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição. Quando utilizados os materiais são transferidos para o custo de produção.

2.9 Combinação de negócios, ágio e compra vantajosa

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

2.10 Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “*Exploration for and evaluation of mineral resources*”.

2.10.1 - Imobilizado: É registrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado, quando aplicável, ao seu valor de recuperação, sendo representado, sobretudo, por ativos associados às fases de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, como, por exemplo, gastos com perfuração e completação, plataforma fixa e equipamentos de E&P. Inclui, ainda, máquinas e equipamentos e outros ativos tangíveis utilizados para fins administrativos, como móveis, equipamentos telefônicos e equipamentos de informática. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

2.10.2 – Intangível: Direitos de concessão exploratória, bônus de assinatura e outros gastos com aquisição de concessões durante a fase exploratória são registrados como ativo intangível.

Gastos com aquisição de concessões na fase exploratória e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

2.10.3 - Esforços bem-sucedidos: Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo são registrados de acordo com o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts*). Este método determina que os custos de

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia & geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas do exercício. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a áreas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

2.10.4 - Gastos com abandono: Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo registrados como ativo intangível em contrapartida de uma provisão no passivo.

2.10.5 - Depreciação: Os gastos capitalizados oriundos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo, bem como os FPSOs e equipamentos submarinos, são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production).

Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada desenvolvida) no início do mês. Anualmente, a Companhia revisa o saldo total das reservas. Máquinas e equipamentos são depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na nota de imobilizado, que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com seus respectivos valores residuais.

2.11 Gastos associados ao Join Operating Agreement (JOA)

2.11.1 – Operador - A Companhia, como operadora, é responsável por contratar e pagar todos os fornecedores desta concessão.

Mensalmente os desembolsos projetados para o mês subsequente são estimados e cobrados dos parceiros através da figura de *cash calls*, e a comprovação de gastos é realizada através dos *billing statements*.

Portanto, as faturas recebidas pela Companhia contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos, mas a apresentação nos demonstrativos de resultado/custo da empresa reflete apenas a sua participação.

2.11.2 – Não operador – Na posição de não operadora, a Companhia, paga os *cash calls* conforme estimativa e recebe os *billings statements* com a comprovação de gastos.

2.12 Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia avalia todos os contratos de arrendamento, que podem se enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16, e desconsidera arrendamentos de curto prazo com 12 meses ou menos de prazo, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a tais contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso, quando associados as atividades de produção de óleo e gás são amortizados pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production), e os demais ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, limitado à data do término da concessão.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia existentes nas datas de novos contratos ou em caso de alteração de prazo de contratos existentes.

2.13 Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01, a Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos imobilizado, intangível, ativo por direito de uso, imposto de renda e contribuição social diferidos e outros ativos circulantes e não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para ativos com vida útil definida, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. Não há registros de perda por redução a valor recuperável do ativo não financeiro de longo prazo nos resultados dos exercícios de 2024 e 2023.

Na medida em que o ativo é utilizado e a depreciação contabilizada, caso não haja indicativo, de reversão integral do *impairment*, o mesmo montante da depreciação é revertido na rubrica de *impairment* contra o resultado do período para que o valor líquido do ativo seja o montante determinado no teste realizado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Não há registros de redução a valor recuperável do ágio nos exercícios de 2024 e 2023.

O Grupo avalia se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

O Grupo determina o Campo, como menor unidade geradora de caixa.

2.14 Tributos sobre o lucro

2.14.1 – Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

apropriado.

2.14.2 – Imposto de renda e contribuição social diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

2.14.3 – ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

A ICPC 22 esclarece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, haja vista a ausência de explicações nesse sentido no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (CPC 32) e divergências entre os procedimentos adotados pelas empresas. A Companhia avaliou os efeitos e não há impactos para as suas demonstrações financeiras.

2.15 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.15.1 - Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo são classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: Incluem contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, empréstimos a coligadas, entre outros ativos financeiros que são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida, os quais se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15.2 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, e instrumentos financeiros derivativos.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado: Empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. A mensuração subsequente é feita pelo método de custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

2.16 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra a sua exposição ao risco de variação dos preços do petróleo (Nota Explicativa 28) e para proteção a exposição cambial e de taxa no contrato de debêntures não conversíveis (Nota Explicativa 14). Os instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício, exceto quando são designados como hedge de fluxo de caixa, onde a contabilização de ganhos e perdas é feita no patrimônio líquido, até sua liquidação, quando são transferidas para o resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos.

2.17 Custos de empréstimos e debêntures

Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

2.18 Transações envolvendo pagamento em ações

Os planos de remuneração baseados em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota Explicativa 20.2.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa com benefícios a empregados no resultado do exercício, em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (“plano de opção de ações”), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period).

A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições e desempenho de mercado são refletidos no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho.

Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

A Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos periodicamente. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida de ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital”.

2.19 Apuração do Resultado

Como empresa atuante no segmento de óleo e gás, a principal fonte de receita de vendas é proveniente das operações com vendas de petróleo para refinarias. O valor dessas operações é determinado por preços internos de transferência, os quais são estabelecidos com base nas cotações internacionais de petróleo. Isso inclui os preços do tipo Brent de petróleo, considerando as particularidades da qualidade do petróleo transferido. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência do controle e dos seus benefícios e riscos inerentes a terceiros, sendo reconhecidos apenas se todas as obrigações de desempenho previstas nos contratos com clientes tiverem sido cumpridas e puderem ser mensuradas com confiabilidade.

2.20 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e as respectivas divulgações,

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

O Grupo baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle do Grupo. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

- Transações com pagamentos baseados em ações

O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais mensurado na data da sua outorga através do modelo de precificação *Black-Scholes*, que considera entre suas premissas o valor da ação na data da outorga, prazos, volatilidade e o preço de compra definido pelos programas de opções.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

- Provisão para abandono de instalações

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para o abandono das instalações e remoção de ativos do local para remediar os danos ambientais causados e ao momento esperado desses custos. Ao estimar o custo esperado, o Grupo leva em consideração, dentre outros fatores, as mudanças na legislação ambiental e regulamentações que podem afetar o processo de desmontagem e remoção da planta.

- Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 8 – Imobilizado, principalmente as informações que se referem a baixas, depreciação e valor recuperável dos ativos de óleo e gás.
- Nota Explicativa 9 - Intangível, principalmente as informações que se referem a baixas, amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás e Contas a pagar earn out Albacora Leste.
- Nota Explicativa 15 - Operações de Arrendamento Mercantil.
- Nota Explicativa 16 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.
- Nota Explicativa 17 – Provisão para abandono de instalações.
- Nota Explicativa 19 – Impairment.
- Nota Explicativa 20 - Patrimônio Líquido / Remuneração com base em plano de opções de compra de ações.
- Nota Explicativa 28 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro.
- Nota Explicativa 30 - Contingências.

2.21 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em suas estimativas e pressupostos, avaliando impactos físicos e de transição. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. e entende que os principais itens afetados são:

- Vida útil de ativos: considera regulamentações que possam restringir o uso ou exigir investimentos adicionais.
- Redução ao valor recuperável: avalia impactos como custos de emissões e demanda por seus produtos.
- Mensuração do valor justo: inclui riscos climáticos na avaliação de propriedades e expectativas do mercado.
- Obrigações de desativação: considera legislações no cálculo de custos futuros de descomissionamento

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.22 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve emissão das normas listadas abaixo, porém sem alteração nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16	Passivo de Locação em um Sale and Leaseback	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024

2.23 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Resolução CVM 211	Torna obrigatório para as companhias abertas o CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM 212	Torna obrigatório para as companhias abertas o ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.	1º de janeiro de 2025
Resolução CVM 213	Torna obrigatório para as companhias abertas o Documento de Revisão do Pronunciamento Técnico 27, que altera o CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis e o CPC 37 (R1) – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	1º de janeiro de 2025

Não se espera que as alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.24 CPC 23 – Políticas contábeis materiais, mudanças de estimativas e retificação de erro

2.24.1 - Mudança de estimativa contábil

Anualmente a Companhia revisa as projeções de reservas de óleo e gás nos Campos em produção. Para o exercício, a Companhia realizou através da certificadora internacional independente DeGolyer and MacNaughton (“D&M”), a reavaliação das reservas.

Esta reavaliação apontou alterações nas reservas e conseqüentemente, alteração na base para a depreciação a partir de janeiro de 2025 dos Campos de Polvo, Tubarão Martelo, Frade e Albacora Leste. Não houve mudança na vida útil dos Campos.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	-	-	102	98
Bancos	10.351	18.248	3.993.257	2.335.305
	<u>10.351</u>	<u>18.248</u>	<u>3.993.359</u>	<u>2.335.403</u>
Nacional	6.458	8.285	1.407.304	388.434
Exterior	3.893	9.963	2.586.055	1.946.969

O saldo de caixa e equivalentes de caixa constitui-se de recursos para fins de capital de giro, aplicados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa do Grupo em instrumentos de alta liquidez no Brasil (compromissadas, CDB e Fundo de investimento) e no exterior (disponibilidades em conta corrente remuneradas), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

4. Contas a Receber

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Vitol (i)	267.275	-
Sinochem London (ii)	249.407	-
Unipeç (iii)	132.563	-
Repsol (iv)	116.054	-
Navig8 (v)	55.731	-
Phillips 66 (vi)	47.234	389.177
CMM Cyprus (vii)	22.939	-
Petrobras (viii)	13.948	29.899
Total	9.466	-
Exxon Mobil	5.827	-
Valero	5.771	393.575
Trafigura	278	137.318
Shell	111	770.809
Saras	-	21.063
Outros	5.166	1.650
Total	931.770	1.743.491
Total em moeda nacional	263.595	31.549
Total em moeda estrangeira	668.175	1.711.942

- (i) Saldo a receber referente à venda de óleo do Campo de Frade realizada em dezembro de 2024 e recebida integralmente em fevereiro de 2025.
- (ii) Saldo a receber referente à venda de óleo dos Campos de Peregrino realizada em dezembro de 2024 e recebida integralmente em fevereiro de 2025.
- (iii) Saldo a receber referente à venda de óleo dos Campos de Polvo, Tubarão Martelo e Albacora Leste e de venda de óleo de terceiros, realizadas em dezembro de 2024 e recebidas integralmente em fevereiro de 2025.
- (iv) Saldo a receber referente à venda de óleo dos Campos de Polvo e Tubarão Martelo, realizada em dezembro de 2024 e recebida integralmente em janeiro de 2025.
- (v) Saldo a receber referente à venda de óleo dos Campos de Frade e Albacora Leste e de venda de óleo de terceiros, realizadas em dezembro de 2024 e recebida parcialmente no valor de R\$ 17.675 até fevereiro de 2025.
- (vi) Saldo a receber referente à venda de óleo do Campo de Frade, realizada em

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dezembro de 2024 e recebida parcialmente no valor de R\$ 5.179 até fevereiro de 2025.

- (vii) Saldo a receber referente ao aluguel da embarcação Genesis, recebido parcialmente no valor de R\$ 5.829 até fevereiro de 2025.
- (viii) Saldo a receber referente às vendas de gás e óleo condensado realizadas pelos Campos de Frade e Albacora Leste em dezembro de 2024. Até fevereiro de 2025, foram recebidos R\$ 11.689.

Historicamente o contas a receber da Companhia não possui risco de crédito. Dessa forma a Administração não identifica necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos.

5. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social (i)	2.107	1.954	945.526	227.965
PIS e COFINS (ii)	-	-	303.376	94.964
ICMS (iii)	-	-	118.749	25.867
Imposto no exterior	-	-	19.775	2.504
Outros	-	-	1.298	583
Total	2.107	1.954	1.388.724	351.883
Ativo Circulante	2.107	1.954	1.203.464	347.658
Ativo Não Circulante	-	-	185.260	4.225

- (i) O saldo de imposto de renda e contribuição social refere-se basicamente a R\$ 130.334 de IRPJ/CSLL pelas antecipações a maior do que o imposto devido no ano anterior, antecipações de IRPJ/CSLL de R\$ 654.017 referente ao ano corrente e imposto de renda retido sobre aplicações financeiras e juros sobre capital próprio de R\$ 161.175 entre partes relacionadas. A Companhia pretende compensar esses valores em 2025.
- (ii) Créditos de PIS/COFINS sobre insumos utilizados na operação, principalmente da Tigris e da Jaguar, com expectativa de compensação com os impostos federais a pagar no exercício de 2025.
- (iii) ICMS a recuperar referente à compra de materiais utilizados como insumos na produção e sobre empréstimo de óleo entre os parceiros. A expectativa de utilização desses créditos com impostos de venda de óleo e gás e na importação de materiais.

6. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores no país	-	34	347.234	21.385
Adiantamento a fornecedores no exterior	-	-	237.984	79.067
	-	34	585.218	100.452
Total no ativo circulante	-	34	584.337	100.227
Total no ativo não circulante	-	-	881	225

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais participações em controladas diretas:

- **Prio Comercializadora Ltda. – anteriormente denominada Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.**

A controlada foi constituída em 20 de julho de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

Desde março de 2011, a PrioOG já atuava como Operadora B, em águas rasas e áreas terrestres, e a partir de outubro de 2015, a PrioOG foi qualificada como Operadora A pela ANP, o que permite a realização de atividades em áreas terrestres, águas rasas, profundas e ultra profundas.

A partir de janeiro de 2025 a PrioOG começou a operar na comercialização do gás produzidos nos campos da Prio.

- **Prio Internacional Ltda.**

A controlada, com sede no Rio de Janeiro, tem como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

Todas as empresas do Grupo localizadas dentro e fora do Brasil, exceto pela PrioOG e PrioEnergia, estão consolidadas sob uma única estrutura societária, tendo como matriz a PrioIntl no Brasil.

Atualmente, as principais Companhias controladas pela PrioIntl são a (i) Lux Holding, empresa que faz a comercialização do petróleo produzido pelas empresas, (ii) Petro Rio Jaguar, detentora dos campos de Frade, Albacora Leste, Wahoo e Itaipu e (iii) Prio Bravo, detentora dos campos de Polvo e Tubarão Martelo. A Lux Trading, que comercializava o petróleo produzido nos campos das empresas do grupo foi incorporada pela Lux Holding em outubro de 2023. A Lux Holding é proprietária da plataforma fixa, “Polvo A”. Ainda sob esta estrutura societária, estão as subsidiárias localizadas na República da Namíbia, que se encontram em liquidação e já não possuem saldos em seus balanços.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portfólio de concessões

Em 31 de dezembro de 2024 as controladas da Companhia participavam das seguintes concessões nas bacias brasileiras:

País	Bacia	Bloco	Campo	Concessionário	%	JOA (**)	Status	Fase	PEM (*)
Brasil	Campos	BM-C-8	Polvo	Bravo	100%	Não	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	Frade	Frade	Jaguar	100%	Não	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	C-M-466	Tubarão Martelo	Bravo	100%	Não	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	Albacora Leste	Albacora Leste	Jaguar	90%	Sim	Operador	Produção	-
Brasil	Campos	BMC-7	Peregrino	Tigris	40%	Não	Não operador	Produção	-
Brasil	Campos	BM-C-47	Pitangola	Tigris	40%	Não	Não operador	Produção	-
Brasil	Campos	BM-C-30	Wahoo	Jaguar	64%	Sim	Operador	Exploração	-
Brasil	Campos	BM-C-32	Itaipu	Jaguar	60%	Não	Operador	Exploração	-
Brasil	Foz do Amazonas	FZA-M-254	-	Coral	100%	Não	Operador	Exploração	R\$ 587
Brasil	Foz do Amazonas	FZA-M-539	Pirapema	Coral	100%	Não	Operador	Exploração	R\$ 10.564

(*) Programa exploratório mínimo remanescente.

(**) Joint Operating Agreement – Acordos de operações conjuntas.

Conforme informado no Contexto Operacional, em 05 de dezembro de 2024 foi concluída a aquisição da empresa Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A. (anteriormente denominada Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A.), que detém indiretamente através da controlada Prio Tigris Ltda. participação de 40% nos Campos de Peregrino e Pitangola (sendo os 60% restantes de participação da Equinor – operadora do Campo).

A aquisição das ações da Forte, a luz do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, durante o primeiro trimestre de 2023, incrementou em 20% a participação no Campo de Tubarão Martelo, passando para 100% de participação e concedendo o controle do Campo à Companhia.

Ainda no primeiro trimestre de 2023, houve a aquisição de 90% de participação do campo de Albacora Leste (sendo os 10% restantes de participação da Repsol Sinopec Brasil), e a aquisição de 40% restantes do Campo de Itaipu, completando 100% de participação no Campo.

a) Informações relevantes sobre as investidas em 31 de dezembro de 2024

	PrioOG	PrioIntl
Participação Direta	100,00%	0,57%
Participação Indireta	-	99,43%
Patrimônio líquido	26.392.661	26.122.790
Resultado do exercício	10.241.750	10.343.968
Total dos ativos	26.681.160	26.122.805

b) Composição do investimento

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
PrioOG	26.392.661	14.318.611
PrioIntl	148.833	84.790
	<u>26.541.494</u>	<u>14.403.401</u>

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação do investimento

	PrioOG	PrioIntl	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.939.915	65.284	10.005.199
Distribuição de dividendos	(60.617)	-	(60.617)
Resultado de equivalência patrimonial	5.181.586	43.604	5.225.190
Ajustes de conversão	(784.098)	(24.570)	(808.668)
Reserva de capital – reflexo	(126.553)	(744)	(127.297)
Ajustes de avaliação patrimonial	168.378	1.216	169.594
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.318.611	84.790	14.403.401
Resultado de equivalência patrimonial	10.241.750	58.963	10.300.713
Ajustes de conversão	4.215.788	18.738	4.234.526
Ações em tesouraria- reflexo	(828.869)	(4.750)	(833.619)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.554.619)	(8.908)	(1.563.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.392.661	148.833	26.541.494

8. Imobilizado (Consolidado)

a) Composição do saldo

	Taxa de Depreciação %	Custo	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Em operação						
Plataforma e Sonda - Polvo A	UOP (i)	101.740	(95.294)	10.254	16.700	15.306
Plataforma Peregrino	UOP (i)	4.158.188	(77.938)	99.383	4.179.633	
FPSO Valente – Frade	UOP (i)	1.882.773	(893.368)	135.323	1.124.728	911.143
FPSO Bravo - Tubarão Martelo	UOP (i)	928.278	(404.553)	95.938	619.663	431.645
FPSO Forte – Albacora Leste	UOP (i)	1.820.944	(404.521)	299.035	1.715.458	1.506.510
Sonda Hunter Queen	UOP (i)	824.051	(36.307)	166.880	954.624	544.015
Ativos de Óleo e Gás – Frade	UOP (i)	2.859.340	(854.192)	407.740	2.412.888	1.540.371
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	UOP (i)	1.316.017	(561.750)	72.719	826.986	409.162
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	UOP (i)	3.274.721	(111.987)	73.370	3.236.104	
Revitalização de Poços (workover)	33,33	565.405	(350.717)	37.268	251.956	266.652
Embarcação Gêneseis I (ii)	5	200.995	(4.524)	49.337	245.808	-
Máquinas e equipamentos	10	8.009	(8.009)	-	-	-
Móveis e utensílios	10	2.361	(1.683)	73	751	731
Equipamentos de comunicação	10	2.777	(756)	209	2.230	446
Equipamentos de informática	20	20.781	(10.031)	1.621	12.371	4.783
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	40.438	(1.609)	7.372	46.201	5.082
Em andamento						
Imobilizado em andamento (iii)		29.973	-	4.546	34.519	23.747
Revitalização de Poços (workover) (iv)		123.264	-	15.515	138.779	343
Gastos com Desenvolvimento (v)		3.773.697	-	666.921	4.440.618	2.769.706
Sobressalentes		9.496	-	5.849	15.345	11.997
Material poços (vi)		2.320.208	-	280.690	2.600.898	983.479
Total		24.263.456	(3.817.239)	2.430.043	22.876.260	9.425.118

Custo e depreciação estão apresentados convertidos por suas respectivas taxas históricas.

(i) UOP – *Units of Production* (Método de depreciação por unidade produzida).

(ii) Embarcação adquirida para lançamento de linhas de Wahoo e posterior apoio na operação dos campos. Entrou em operação, mas ainda possui gastos com a revitalização da embarcação.

(iii) Imobilizado em andamento refere-se basicamente à gastos com a instalações administrativas.

(iv) Revitalização de Poços de Albacora Leste e do cluster Polvo e Tubarão Martelo (*workover*) para a retomada e/ou melhoria de poços;

(v) Gastos com o desenvolvimento principalmente do Campo de Wahoo, que aguarda licença para o início do desenvolvimento.

(vi) Materiais adquiridos para perfuração e revitalização de poços.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2024	Aquisição	Adições	Baixas	Depreciação	Reversão de Impairment	Transferências	Ajuste de conversão (*)	Saldo em 31/12/2024
Em operação									
Plataforma e Sonda - Polvo A	15.306	-	-	-	(2.518)	-	-	3.912	16.700
Plataforma Peregrino	-	4.133.536	-	-	(77.938)	24.653	-	99.382	4.179.633
FPSO Valente - Frade	911.143	-	-	-	(156.660)	-	112.875	257.370	1.124.728
FPSO Bravo - Tubarão Martelo	431.645	-	-	-	(70.822)	-	126.231	132.609	619.663
FPSO Forte - Albacora Leste	1.506.510	-	-	-	(213.784)	-	44.720	378.012	1.715.458
Sonda Hunter Queen	544.015	-	245.711	-	(33.851)	-	-	198.749	954.624
Ativos de Óleo e Gás - Frade	1.540.371	-	-	-	(316.028)	-	658.752	529.793	2.412.888
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	409.162	-	405	-	(74.978)	-	347.496	144.901	826.986
Ativos de Óleo e Gás - Peregrino	-	3.114.157	87.132	-	(111.987)	73.432	-	73.370	3.236.104
Revitalização de Poços (workover)	266.652	-	-	-	(131.619)	-	61.434	55.489	251.956
Embarcação Gênesis I	-	-	200.995	-	(4.524)	-	-	49.337	245.808
Móveis e utensílios	731	-	-	-	(165)	-	-	185	751
Equipamentos de comunicação	446	-	1.612	-	(123)	-	-	295	2.230
Equipamentos de informática	4.783	-	7.668	-	(2.106)	-	-	2.026	12.371
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.082	-	-	-	(475)	-	33.440	8.154	46.201
Em andamento									
Imobilizado em andamento	23.747	-	36.696	-	-	-	(32.943)	7.019	34.519
Revitalização de Poços (workover)	343	-	184.354	-	-	-	(61.434)	15.516	138.779
Gastos com Desenvolvimento	2.769.706	-	1.894.411	-	-	-	(954.412)	730.913	4.440.618
Sobressalentes	11.997	-	-	-	-	-	-	3.348	15.345
Material para poços	983.479	798.256	1.379.960	(10.152)	-	-	(859.929)	309.284	2.600.898
Total	9.425.118	8.045.949	4.038.944	(10.152)	(1.197.578)	98.085	(523.770)	2.999.664	22.876.260

(*) Ajuste de conversão do exercício corrente.

As transferências não zeram pois o valor de R\$ 523.770 referentes a materiais do imobilizado foram transferidos para o estoque de materiais utilizados na operação.

Os gastos com desenvolvimento adicionados no exercício são referentes às atividades no Campo de Wahoo, no valor de R\$ 956.359, Campo de Frade, R\$ 179.188, Campo de Albacora Leste, R\$ 479.332 e no Cluster Polvo e TBMT, R\$ 279.532.

A aquisição demonstrada no quadro refere-se à aquisição de 40% do Campo de Peregrino, com todos os ativos associados, conforme notas explicativas 1 e 9.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 01/01/2023	Aquisição	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023
Em operação								
Plataforma e Sonda - Polvo A	19.364	-	-	-	(3.069)	-	(989)	15.306
FPSO Valente – Frade	1.106.589	-	-	-	(143.637)	-	(51.809)	911.143
FPSO Bravo - Tubarão Martelo	501.506	-	31.889	-	(99.948)	-	(1.802)	431.645
FPSO Forte – Albacora Leste	-	1.776.225	-	-	(190.738)	-	(78.977)	1.506.510
Sonda Hunter Queen	-	-	-	-	(2.456)	578.339	(31.868)	544.015
Ativos de Óleo e Gás – Frade	1.050.306	-	-	-	(252.855)	852.274	(109.354)	1.540.371
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	521.542	18.896	-	-	(74.019)	(7.162)	(50.095)	409.162
Revitalização de Poços (workover)	119.454	-	-	-	(113.406)	272.035	(11.431)	266.652
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	936	-	9	-	(165)	-	(49)	731
Equipamentos de comunicação	477	-	78	-	(80)	-	(29)	446
Equipamentos de informática	2.570	649	3.099	-	(1.340)	-	(195)	4.783
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.745	-	-	-	(280)	-	(383)	5.082
Em andamento								
Imobilizado em andamento	2.413	-	22.489	-	-	-	(1.155)	23.747
Revitalização de Poços (workover)	34.993	-	237.321	-	-	(272.035)	64	343
Gastos com Desenvolvimento	741.441	-	2.673.186	-	-	(558.836)	(86.085)	2.769.706
Sobressalentes	55.591	-	-	-	-	(45.628)	2.034	11.997
Sonda Hunter Queen	218.330	-	316.190	-	-	(578.338)	43.818	-
Material para revitalização/reentradas poços – Frade	283.949	-	1.249.578	(88.723)	-	(438.650)	(22.675)	983.479
Total	4.665.206	1.795.770	4.533.839	(88.723)	(881.993)	(198.001)	(400.980)	9.425.118

As transferências não zeram pois o valor de R\$ 198.001 referentes a materiais do imobilizado foram utilizados na operação.

Os gastos com desenvolvimento adicionados no exercício são referentes às atividades no Campo de Wahoo, no valor de R\$ 1.242.548, Campo de Frade, R\$ 1.209.793, Campo de Albacora Leste, R\$ 149.165 e no Cluster Polvo e TBMT, R\$ 71.680.

A sonda Hunter Queen, após algumas adaptações, iniciou as suas atividades operacionais a partir de dezembro de 2023.

9. Intangível (Consolidado)

a) Composição do saldo

	Taxa de amortização (%)	Consolidado				
		Custo	Amortização	Ajuste de Conversão	31/12/2024	31/12/2023
Ativos de Óleo e Gás – Frade	(i)	787.956	(507.444)	80.998	361.510	331.805
Ativos de Óleo e Gás - Albacora Leste	(i)	9.968.943	(2.191.609)	1.596.912	9.374.246	8.158.835
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	(i)	828.661	(497.286)	46.900	378.275	336.810
Ativos de Óleo e Gás - Wahoo	(i)	845.781	-	92.729	938.510	733.749
Ativos de Óleo e Gás – Itaipu	(i)	395	-	90	485	379
Ativos de Óleo e Gás – Peregrino	(i)	3.694.253	(24.180)	52.459	3.722.532	-
Bônus de assinatura - FZA-M-254	(i)	6.075	-	-	6.075	6.075
Bônus de assinatura - FZA-Z-539	(i)	8.165	-	-	8.165	8.165
Softwares e outros	20	278	(5)	3	276	271
Ágio na aquisição do controle da Forte	(ii)	1.461.626	-	250.762	1.712.388	1.338.789
		17.602.133	(3.220.524)	2.120.853	16.502.462	10.914.878

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Os custos de aquisição/bônus de assinatura e gastos exploratórios são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas provadas desenvolvidas, quando finalizados os processos exploratórios/ de redesevolvimento.
- (ii) Ágio relacionado à aquisição de ações e controle da Forte, no montante de R\$ 1.461.626, na data de aquisição, equivalente a US\$ 276.535 mil.

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2024	Aquisição (*)	Adições (**)	Amortização	Reversão de Impairment	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024
Ativos de Óleo e Gás – Frade	331.805	-	-	(56.307)	-	86.012	361.510
Ativos de Óleo e Gás - Albacora Leste	8.158.835	-	345.742	(1.158.233)	-	2.027.902	9.374.246
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	336.810	-	10.774	(55.220)	-	85.911	378.275
Ativos de Óleo e Gás – Wahoo	733.749	-	-	-	-	204.761	938.510
Ativos de Óleo e Gás – Itaipu	379	-	-	-	-	106	485
Ativos de Óleo e Gás – Peregrino	-	3.681.489	-	(24.180)	12.764	52.459	3.722.532
Bônus de assinatura - FZA-M-254	6.075	-	-	-	-	-	6.075
Bônus de assinatura - FZA-Z-539	8.165	-	-	-	-	-	8.165
Softwares e outros	271	-	-	-	-	5	276
Ágio na aquisição do controle da Forte	1.338.789	-	-	-	-	373.599	1.712.388
	<u>10.914.878</u>	<u>3.681.489</u>	<u>356.516</u>	<u>(1.293.940)</u>	<u>12.764</u>	<u>2.830.755</u>	<u>16.502.462</u>

(*) A aquisição demonstrada no quadro refere-se à aquisição de 40% do Campo de Peregrino, com todos os ativos associados, conforme nota explicativa 1 e 9.e.

(**) A adição é referente ao aumento da provisão para abandono dos Campos, conforme nota explicativa 17.

	Saldo em 01/01/2023	Aquisição	Adições	Amortização	Transferência	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023
Ativos de Óleo e Gás – Frade	388.024	-	-	(38.715)	-	(17.504)	331.805
Ativos de Óleo e Gás - Albacora Leste	-	9.623.201	-	(1.033.376)	-	(430.990)	8.158.835
Ativos de Óleo e Gás - Polvo & TBMT	127.902	308.733	-	(69.708)	-	(30.117)	336.810
Ativos de Óleo e Gás – Wahoo	790.796	-	-	-	-	(57.047)	733.749
Ativos de Óleo e Gás – Itaipu	-	-	395	-	-	(16)	379
Bônus de assinatura - FZA-M-254	-	-	-	-	6.075	-	6.075
Bônus de assinatura - FZA-Z-539	-	-	-	-	8.165	-	8.165
Softwares e outros	274	-	-	-	-	(3)	271
Ágio na aquisição do controle da Forte *	-	1.461.626	-	-	-	(122.837)	1.338.789
Adiantamento para aquisição de Albacora Leste	1.526.959	(1.453.475)	-	-	-	(73.484)	-
	<u>2.833.955</u>	<u>9.940.085</u>	<u>395</u>	<u>(1.141.799)</u>	<u>14.240</u>	<u>(731.998)</u>	<u>10.914.878</u>

* Valor na data de transação, referente à aquisição da Forte, conforme Nota 9.d.

c) Aquisição de ativos

1. Campo de Itaipu (100%)

A Companhia concluiu em 23 de março de 2023 a aquisição dos 40% de participação restantes do Campo de Itaipu junto à Total, pelo valor de R\$ 395 (US\$ 75 mil).

O campo já realizou o programa exploratório mínimo e não possui provisão de abandono, que será formada no período de desenvolvimento.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Campo de Albacora Leste

Conforme descrito no contexto operacional, em 26 de janeiro de 2023 a Jaguar concluiu a aquisição de participação de 90% do Campo de Albacora Leste com a Petrobras e passou também a ser operadora do campo.

O preço da transação foi estabelecido em dólares americanos, e totalizou US\$ 1.935 milhões (R\$ 9.860.204 convertidos na data da operação), dos quais US\$ 293 milhões (R\$ 1.491.081) foram pagos na assinatura do contrato, em 28 de abril de 2022, US\$ 1.636 milhões (R\$ 8.333.515) foram pagos em 26 de janeiro de 2023 e o restante, US\$ 7 milhões (R\$ 35.608) foram pagos em agosto de 2023, considerando o ajuste final de preço.

Adicionalmente, conforme projeções de preço do petróleo na data do *closing*, existe expectativa de pagamento de US\$ 205.000 mil do total de US\$ 250.000 mil (R\$ 1.044.496 e R\$ 1.273.775, respectivamente) de contraprestação contingente (*earn-out*), e este montante provável de pagamento foi incluído no preço total contra contas a pagar a Petrobras. Qualquer alteração entre a provisão e a realização dos valores terá impacto no resultado da Companhia.

O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2024 com base na Libor/SOFR é de US\$ 174.020 mil (R\$ 1.077.584). Este montante já está líquido da parcela referente a 2023, e paga em janeiro de 2024, no valor de US\$ 55.000 mil (R\$ 295.054), uma vez que as condições para o pagamento foram atingidas (média do Brent acima de US\$ 80). A parcela referente, após atingidas as condições, foi paga em 31 de janeiro de 2025.

Os ativos a valor justo e passivos identificados, na data da transação, assim como a alocação na Jaguar, estão apresentados abaixo:

	R\$	US\$ mil
Pagamento inicial (adiantamento)	1.491.081	292.650
Pagamento closing date	8.333.515	1.635.594
Ajuste de preço final	35.608	6.988
Provisão earn-out	1.044.496	205.000
Contraprestação total	10.904.700	2.140.232
Alocação do Preço		
Ativo Intangível – Concessão	9.679.911	1.899.711
Ativo Imobilizado - FPSO P-50 – Albacora Leste	1.776.225	348.614
Material em estoque	250.280	49.122
Petróleo em estoque	38.852	7.625
Provisão de abandono	(840.568)	(164.840)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Combinação de negócios - Aquisição de ações e controle Forte

Conforme divulgado no contexto operacional, em 08 de janeiro de 2023 a OPCO concluiu o processo de aquisição de controle da Dommo Energia S.A. (que teve seu nome alterado para Prio Forte S.A. – nessa demonstração financeira identificada como “Forte”), através da compra de 100% das ações.

Nesta data foi realizado o aumento de capital da OPCO através da emissão de ações preferenciais do tipo PNA e PNB, que foram integralizadas com as ações de R\$ 879.139 e bônus de subscrição da Dommo de R\$ 10.831, que foram avaliados pelo total de R\$ 889.970.

No total foram emitidas 64.618.788 ações preferenciais PNA e 481.643.405 ações preferencias PNB, por escolha dos detentores das ações e bônus de subscrição, que foram resgatadas no mesmo dia por ações PRIO3, no caso da PNA, e em dinheiro, no caso da PNB, que juntos somaram o montante de R\$ 1.035.337 (US\$ 204.023 mil), dos quais R\$ 133.895 pagos em excesso ao valor de mercado das ações na data, e conseqüentemente tratado como transação entre sócios e registrado no patrimônio líquido, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A operação contemplou a empresa Forte, detentora de 20% de participação no Campo de Tubarão Martelo, e todas as controladas desta empresa, as quais possui 100% de participação, que são a Dommo R-11 Petróleo e Gás S.A, Óleo e Gás Participações S.A, Dommo Austria GmbH (alterada para PRIO O&G Trading & Shipping GmbH), Dommo International GmbH (alterada para PRIO O&G International GmbH), Dommo Netherlands BV e Dommo Netherlands Holding BV.

O Grupo, através da controlada PrioOG detinha contrato de JOA com a Forte, através do qual controlava 80% das operações do Campo de Tubarão Martelo. Assim, à luz do CPC 15, a aquisição do controle da Forte pela OPCO, através dos 20% restantes do JOA, foi tratado pela Administração como uma combinação de negócios realizada em estágios (step acquisition).

A Companhia apurou os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, o valor justo da participação anteriormente detida pela Companhia de 80% do Campo, bem como a alocação do preço de aquisição, assim apurou ganho na remensuração da participação anterior de R\$ 117.070, que foi integralmente realizado quando da transferência do JOA e do controle das atividades da Forte, para a também controlada, Bravo em 29 de março de 2023. De forma que não há efeito no resultado do exercício sobre a transação.

Na data de aquisição do controle, os ativos e passivos, líquidos, somavam um passivo de R\$ 431.355, principalmente composto por provisões para contingências prováveis reconhecidas no balanço no montante de R\$ 424.509 e valores a pagar para a conclusão do abandono do Campo de Tubarão Azul de R\$ 86.092, em fase final, líquidos de depósitos bancários no montante de R\$ 48.192 e depósitos judiciais no montante de R\$ 21.473.

Na data dessas demonstrações financeiras, conforme previsto pelo CPC 15, a Administração concluiu os ajustes finos da transação de aquisição de participação e controle, bem como identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os ativos e passivos apurados a valor justo, na data da transação, assim como a alocação definitiva são:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	R\$ mil	US\$ mil
Consideração transferida (integralização de ações OPCO)	889.970	168.379
Alocação do Preço		
Patrimônio Líquido na aquisição	(431.355)	(81.611)
Mais-valia da concessão	330.241	62.480
Imposto diferido sobre mais-valia	72.277	13.675
Passivos contingentes assumidos	(542.819)	(102.700)
Ágio gerado na combinação de negócios	1.461.626	276.535

O ágio gerado está fundamentado pela previsão de realização dos créditos de prejuízo fiscal da adquirida com o aumento da produção e consequente aumento dos lucros tributáveis.

Adicionalmente, seguindo as orientações do CPC 15, foram considerados para fins de definição do valor justo, os valores das contingências possíveis e remotas, que não estavam contabilizados no balanço da Forte, na data de aquisição do controle, totalizando a avaliação dos passivos contingentes assumidos no valor justo de R\$ 542.819.

e) Combinação de negócios - Aquisição de ações e controle da Stellina

Conforme divulgado no contexto operacional, em 05 de dezembro de 2024, a Lux Holding concluiu o processo de aquisição de controle da Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief U.A. (que teve seu nome alterado para Prio Stellina Netherlands Coöperatief U.A. – nessa demonstração financeira identificada como “Stellina”), através da compra de 100% das suas ações.

A operação contemplou a empresa Stellina e suas controladas Prio Contina B.V. e Prio Tigris Ltda. (anteriormente denominadas Sinochem Atlantic Resources B.V. e Sinochem Petroleo Brasil Ltda., respectivamente), sendo esta última detentora de 40% de participação nos Campos de Peregrino e Pitangola.

O valor total da operação foi de US\$ US\$ 1.836 milhões após ajustes do capital de giro líquido e outros ajustes de preço usuais para esse tipo de transação (valor inicial de US\$ 1.915 milhões). Do total, US\$ 191,5 milhões foram pagos na assinatura do contrato e o restante na conclusão da transação, que ocorreu no dia 05 de dezembro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes. O valor ajustado na data do closing pode sofrer ainda pequenos ajustes em até 120 dias desta data, conforme contrato de compra e venda. Nesta data foi feito o pagamento da diferença do valor total líquido do adiantamento, que somou US\$ 1.644 milhões.

A Companhia apurou os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como a alocação do preço de aquisição.

Na data dessas demonstrações financeiras, conforme previsto pelo CPC 15, a Administração concluiu os ajustes finos da transação de aquisição de participação e controle, bem como identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os ativos e passivos apurados a valor justo, na data da transação, assim como a alocação definitiva são:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	R\$ mil (na data da aquisição)	US\$ mil
Prio Lux - Consideração transferida	10.986.200	1.835.653
Alocação do Preço		
Patrimônio Líquido na aquisição	(4.925.932)	(823.060)
Direito a receber de empréstimos com a Contina	16.019.441	2.676.643
Passivos contingentes assumidos	(74.087)	(12.379)
Imposto diferido sobre passivos contingentes	25.190	4.209
Ganho por compra vantajosa gerado na aquisição (deságio)	(58.412)	(9.760)
	(4.925.932)	(823.060)
Grupo Sinochem – Composição de ativos e passivos adquiridos	(4.925.932)	(823.060)
Concessão (intangível)	3.681.489	615.130
FPSO, plataformas e equipamentos subsea (imobilizado)	8.046.035	1.344.389
Contas a receber de venda de óleo (ativo circulante)	487.514	81.457
Tributos diferidos (ativo não circulante)	634.766	106.061
Provisão de abandono dos ativos (passivo não circulante)	(1.327.781)	(221.855)
Empréstimos a pagar a controladora (atualmente Lux Holding)	(16.616.927)	(2.776.475)
Outros ativos e passivos, líquidos	168.972	28.233

O ganho por compra vantajosa foi registrado no resultado da Companhia na data da aquisição.

Adicionalmente, seguindo as orientações do CPC 15, foram considerados para fins de definição do valor justo, os valores das contingências possíveis que não estavam contabilizados no balanço da Tigris na data de aquisição do controle, totalizando a avaliação dos passivos contingentes assumidos no valor justo de US\$ 12.379.

10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores no país	1.299	596	382.868	678.426
Fornecedores no exterior	83	48	374.728	156.352
	1.382	644	757.596	834.778

11. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salário	-	-	95	17.265
Provisão de Bônus	8.720	14.907	228.003	214.463
Encargos	112	98	1.672	25.050
Férias/ 13º salário	103	78	22.500	10.115
	8.935	15.083	252.270	266.893

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos e contribuições sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSSL a pagar	-	-	502.772	335.726
Royalties e Participação Especial	-	-	182.570	108.194
IRRF sobre serviços	123	648	59.766	60.903
IRRF sobre JCP	-	-	34.391	68.600
ICMS	-	-	30.970	7.280
PIS/COFINS/CSLL	12	8	13.731	5.566
INSS	-	-	4.221	3.856
Impostos sobre o patrimônio	-	-	-	72
Outros	32	20	1.864	2.810
	167	676	830.285	593.007

13. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2023	Adições		Pagamentos		Apropriação	Ajuste de Conversão	31/12/2024
			Principal	Juros	Principal	Juros			
Citibank	(i)	733.932	1.082.000	75.460	(548.390)	(63.351)	-	288.270	1.567.921
CCB	(ii)	146.016	-	1.524	(139.350)	(11.984)	-	3.794	-
BTG	(iii)	-	1.729.380	56.383	-	(32.954)	-	126.034	1.878.843
ABC	(iv)	156.282	-	1.463	(149.547)	(12.507)	-	4.309	-
Itaú	(v)	489.695	1.133.540	49.020	(507.240)	(33.006)	-	128.031	1.260.040
Safra	(vi)	182.576	276.575	11.157	(180.877)	(16.602)	-	44.470	317.299
Santander	(vii)	489.797	820.800	44.059	(549.700)	(35.019)	-	173.615	943.552
Bank of China	(viii)	72.659	191.279	9.039	(91.170)	(7.228)	-	43.856	218.435
ICBC	(ix)	248.759	-	3.004	(246.820)	(9.698)	-	4.755	-
HSBC	(x)	145.321	1.097.170	26.872	(135.920)	(10.128)	-	141.652	1.264.967
Bradesco	(xi)	-	563.590	11.987	-	(8.994)	-	55.640	622.223
JP Morgan	(xii)	-	154.030	203	-	-	-	777	155.010
Subtotal		2.665.037	7.048.364	290.171	(2.549.014)	(241.471)	-	1.015.203	8.228.290
BOND	(xiii)	2.915.161	-	210.295	-	(227.567)	-	830.766	3.728.655
Gastos com captação - Bond	*	(26.712)	-	-	-	-	11.763	(5.919)	(20.868)
Total		5.553.486	7.048.364	500.466	(2.549.014)	(469.038)	11.763	1.840.050	11.936.077
Circulante		1.212.632							116.157
Não Circulante		4.340.854							11.819.920

* Custos com bancos, advogados e consultores para a emissão do BOND, apropriado pela data de vigência dos instrumentos.

(i) Em março de 2022, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,71% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Este contrato foi liquidado em julho de 2024.

Em dezembro de 2023, a Petro Rio Jaguar contratou uma Nota de Crédito à Exportação (“NCE”) junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos trimestrais de juros.

Em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou uma Nota de Crédito à Exportação (“NCE”) junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 200 milhões, com amortização total no vencimento,

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

(ii) Em março de 2022, a Petro Rio Jaguar contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) junto ao China Construction Bank (CCB) no valor de US\$ 28 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,30% a.a. e vencimento em 24 meses. Este contrato foi quitado em março de 2024.

(iii) Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) com o BTG no valor de US\$ 300 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,35% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

(iv) Em abril de 2022, a Petro Rio Jaguar contratou dois Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) junto ao Banco ABC Brasil (ABC) no valor total de US\$ 30 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,48% a.a. e vencimento em 22 e 23 meses. Estes contratos foram quitados em fevereiro de 2024 e março de 2024, respectivamente.

(v) Em abril de 2022, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,65% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Este contrato foi liquidado em abril de 2024.

Adicionalmente, em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 200 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização anual a partir do 2º ano, taxa de TERM SOFR+2,30% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

(vi) Em abril de 2022, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Safra no valor de US\$ 35 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,4% a.a. e vencimento final em 24 meses. Este contrato foi liquidado em abril de 2024.

Adicionalmente, em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Safra no valor de US\$ 50 milhões, com vencimento em 3 anos e amortização semestral a partir do 18º mês, taxa de TERM SOFR+2,40% a.a. com pagamentos semestrais de juros.

(vii) Em abril de 2022, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Santander no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,9% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses. Este contrato foi liquidado em julho de 2024.

Adicionalmente, em julho de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Santander no valor de US\$ 150 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,11% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(viii) Em julho de 2022, a Petro Rio contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) com o Banco da China (Brasil) no valor de US\$ 15 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,95% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em dezembro de 2024.

Adicionalmente, em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco da China no valor de US\$ 35 milhões, com vencimento em 4 anos e amortização anual a partir do 3º ano, taxa de 5,90% com pagamentos trimestrais de juros.

(ix) Em janeiro de 2023, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao ICBC no valor de US\$ 50 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+1,45% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses. Este contrato foi quitado em março de 2024.

(x) Em janeiro de 2023, a Petro Rio Jaguar contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) junto ao HSBC no valor de US\$ 28 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 7,47% a.a. e vencimento em 12 meses. Este contrato foi quitado em janeiro de 2024.

Em agosto de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+1,60% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 21 meses.

Adicionalmente, em setembro de 2024, a Petro Rio Jaguar contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco HSBC no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de TERM SOFR+2,00% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 20 meses.

(xi) Em setembro de 2024, a Prio Bravo contratou um Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) junto ao Banco Bradesco no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 6,00% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

(xii) Em dezembro de 2024, a Prio Forte contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (“ACC”) com o J.P Morgan no valor de US\$ 25 milhões, com amortização de juros e principal no vencimento, taxa de 5,90% a.a. e vencimento final em 25 meses.

(xiii) A Companhia emitiu em 09 de junho de 2021 uma dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 600 milhões ao custo de 6,125% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 3º ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, 09 de junho de 2026, enquanto a amortização dos juros é semestral, tendo sido a sua primeira amortização realizada em dezembro de 2021. Adicionalmente, este contrato possui obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas.

Os contratos firmados com os bancos Citibank (i), BTG (iii), Itaú (v), Safra (vi), Santander (vii), Banco da China (viii), HSBC (x), JP Morgan (xii) e a dívida emitida no mercado de capitais internacional (xiii) possuem cláusulas de covenants financeiros atrelados ao índice de

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBTIDA menos a linha de outras receitas e despesas).

O limite máximo do índice é 2,5x e eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente e em 31 de dezembro de 2024, e nas medições realizadas nos períodos anteriores, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo as cláusulas dos contratos.

14. Debêntures locais (inclui swaps de conversão)

Em 24 de agosto de 2022 ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$ 2.000.000 na data de sua emissão, a qual foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476, tendo sido 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de agosto de 2032; e 500.000 (quinhentas mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de agosto de 2027.

As Debêntures da Primeira Série terão juros de IPCA+ 7,41% ao ano, e as Debêntures da Segunda Série são corrigidos por juros de 100% da Taxa DI, acrescido de spread de 2,05% ao ano. As duas séries têm vencimento semestral para os juros, sendo as datas para pagamento em 15 de fevereiro e 15 de agosto.

Na mesma data, a Jaguar contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) destinados a cobrir os riscos de exposições cambiais das debêntures, emitidas no Brasil, em reais, e a volatilidade dos indexadores das debêntures, IPCA e CDI.

Estes contratos de swap, que foram contratados com os prazos e taxas de juros idênticos às debêntures de Primeira e Segunda séries, trocam, de forma prática, os valores em reais e as taxas de juros de IPCA+7,41% a.a. e CDI+2,05% a.a., respectivamente, em uma dívida em dólar com taxa pré-fixada de 6,79% a.a.

Em 29 de fevereiro de 2024 ocorreu a liquidação da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$2.000.000 na data de sua emissão, tendo sido 800.0000 (oitocentas mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de fevereiro de 2029; e 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de fevereiro de 2034.

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 11,1155% a.a. e as Debêntures da Segunda Série serão atualizadas pela variação do IPCA e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 6,4662% a.a.

Na mesma data, a Jaguar contratou instrumentos derivativos (contratos de swap) com o objetivo de dolarizar a emissão. Desta forma, a emissão em conjunto com os instrumentos derivativos resultará em um custo médio dolarizado de 6,14% ao ano.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 15 de abril de 2024 a Companhia liquidou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional da Jaguar, no valor total de R\$ 1.300.000 na data de sua emissão, sendo 520.000 (quinhentas e vinte mil) Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de abril de 2029 e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 11,0121% a.a.; e 780.000 (setecentas e oitenta mil) Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de abril de 2034 e atualizadas pela variação do IPCA e remuneradas com base em juros prefixados correspondentes a 6,5102% a.a. Os instrumentos derivativos contratados para proteger essas debêntures seguem as mesmas características da segunda emissão resultando em um custo médio dolarizado de 6,14% ao ano.

A Companhia designou as debêntures como itens protegidos, e os contratos de swap como instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (*hedge accounting*), conforme CPC 48, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa. Por terem sido contratados com prazos e taxas idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descasamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal.

O hedge de fluxo de caixa deve contabilizar o ajuste ao valor justo (ou marcação a mercado) dos instrumentos de proteção no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. Este montante representa o quanto seria pago e transferido para o resultado em caso de antecipação da liquidação dos contratos de swap. Até dezembro de 2024, o valor registrado no Patrimônio Líquido soma R\$ 1.483.243 (US\$ 239.530 mil), em contrapartida ao passivo de marcação a mercado sendo R\$ 1.563.527 referente à variação do valor de mercado no ano de 2024.

Adicionalmente, os gastos para a emissão das debêntures foram capitalizados, e serão alocados ao resultado de acordo com o prazo de vencimento das debêntures. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 151.680 (US\$ 30.433 mil).

A seguir estão demonstradas as movimentações das debêntures e swaps atrelados, incluindo a marcação a mercado:

	31/12/2023	Adições		Pagamentos		Ajuste de Conversão	31/12/2024	Marcação a mercado	31/12/2024
		Principal	Juros	Juros	Apropriação				
Debêntures	2.149.437	3.300.000	545.182	(313.887)	-	-	5.680.732	-	5.680.732
Contratos de Swap - Ativo	(2.149.437)	(3.300.000)	(545.182)	313.887	-	-	(5.680.732)	(55.264)	(5.735.996)
Contratos de Swap - Passivo	1.900.621	3.300.000	330.278	(235.949)	-	1.322.602	6.617.552	1.538.507	8.156.059
Gastos com captação *	(60.943)	(110.293)	-	-	19.555	-	(151.681)	-	(151.681)
Total	1.839.678	3.189.707	330.278	(235.949)	19.555	1.322.602	6.465.871	1.483.243	7.949.114
Circulante	39.430						133.066	-	
Não Circulante	1.800.248						6.332.805	1.483.243	

* Custos com bancos, advogados e consultores para a emissão das debêntures apropriado pela data de vigência dos instrumentos.

As debêntures possuem cláusula de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBTIDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBTIDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A medição desse índice é realizada trimestralmente e em 31 de dezembro de 2024, e nas medições realizadas nos períodos anteriores, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato. Adicionalmente, estes contratos possuem obrigações não financeiras divulgadas no prospecto que são acompanhadas trimestralmente e encontram-se plenamente atendidas.

15. Operações de Arrendamento

Os ativos de direito de uso representam os seguintes ativos subjacentes:

Ativos de direito de uso	Custo	Amortização	CTA	Saldo
Embarcações de Apoio	1.552.527	(284.961)	340.162	1.607.728
Helicópteros	432.612	(72.024)	89.475	450.063
Edificações/Bases de Apoio	224.904	(62.828)	48.146	210.222
Equipamentos	170.614	(51.276)	33.898	153.236
Total	2.380.657	(471.089)	511.681	2.421.249

Para calcular o montante do custo foram considerados os prazos em que os ativos serão necessários à operação, o que varia entre 2031 e 2041, bem como a taxa incremental sobre os empréstimos vigentes na época da contratação do aluguel dos equipamentos. Essa taxa é mantida até o fim dos contratos, exceto se houver alteração do prazo destes, quando é atualizado à taxa incremental na data de alteração.

Está sendo considerada para os contratos em real a taxa de 12,44% a.a. (CDI+2,05% a.a.) e para os contratos em dólar 11,87% a.a. para Frade e 11,55% a.a. para o Cluster. Como Albacora Leste não apresentou alteração no prazo de vida útil, não houve atualização das taxas de desconto, mantendo-se 14% a.a. para os contratos em real e 7,14% a.a. para os contratos em dólar.

No segundo trimestre de 2024, houve a inclusão de um helicóptero para atender os Campos de Frade e Albacora Leste, sendo descontado à taxa de 11,01% a.a. para a parcela em reais e 6,14% a.a. para a parcela em dólar.

Em decorrência da inclusão do novo contrato mencionado anteriormente, do reajuste dos contratos de embarcação, edificação e base de apoio e dos contratos encerrados no período, o ativo e o passivo aumentaram em R\$ 599.446.

Os efeitos apresentados no exercício foram:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.044.361	(2.161.238)
Adições/Reversões	599.446	(599.446)
Reversões - contratos encerrados antecipadamente	(542.628)	645.362
Atualização cambial	-	155.233
Atualização monetária	-	(211.420)
Pagamentos efetuados	-	285.507
Amortização	(191.611)	-
Ajuste de conversão	511.681	(662.484)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.421.249	(2.548.486)
Circulante	-	(329.670)
Não Circulante	2.421.249	(2.218.816)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Maturidade dos contratos		Pis/Cofins
Vencimento das prestações	Valor R\$	Valor R\$
2025	(585.784)	54.185
2026	(290.161)	26.840
2027	(290.161)	26.840
2028	(290.161)	26.840
2029	(290.161)	26.840
2030	(290.070)	26.831
2031	(264.539)	24.470
2032	(264.539)	24.470
De 2033 a 2041	(1.996.052)	184.635
Valores não descontados	(4.561.628)	421.951
Juros embutidos	2.013.142	
Saldo passivo arrendamento	<u>(2.548.486)</u>	

16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A seguir apresentamos as bases de prejuízo e crédito fiscal, respectivamente:

Empresas	Prejuízo fiscal		Crédito fiscal	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prio S.A. (*)	321.285	209.718	109.237	71.304
PrioIntl	10.993	11.571	3.738	3.934
PrioOG (*)	410.245	434.099	139.483	147.594
Jaguar	-	597.814	-	203.257
Bravo	264.063	517.509	89.781	175.953
Coral	-	-	-	-
Opco	-	39.693	-	13.496
PrioEnergia	19.919	19.919	6.772	6.772
Forte (**)	18.725.519	19.574.028	6.366.676	6.655.170
OGPar	-	97.438	-	33.129
R-11	-	14.758	-	5.018
Tigris	3.252.314	-	1.105.787	-
Subtotal no Brasil	23.004.338	21.516.547	7.821.474	7.315.627
Lux Holding (*)	3.040.398	3.040.398	758.275	758.275
Subtotal em Luxemburgo	3.040.398	3.040.398	758.275	758.275
PrioOGIntl (*)	33.113	33.113	8.278	8.278
PrioAustria (*)	336.874	336.874	84.219	84.218
Subtotal na Áustria	369.987	369.987	92.497	92.496
Ned Holding (*)	778.561	778.561	194.640	194.640
Subtotal na Holanda	778.561	778.561	194.640	194.640
Total	27.193.284	25.705.493	8.866.886	8.361.038

(*) Em 31 de dezembro de 2024 não há prejuízo e crédito fiscal reconhecido contabilmente, em função da ausência de expectativas de geração de lucros tributáveis pelas operações, em prazo médio de tempo.

(**) A partir do terceiro trimestre de 2024 estão sendo considerados apenas o saldo de prejuízo fiscal operacional.

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados no Brasil e no Exterior, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% a cada exercício no Brasil, e sem limite de compensação em Luxemburgo. Conforme detalhe abaixo, a Administração reconheceu contabilmente, com base nas projeções de resultado das empresas, valores proporcionais aos lucros futuros, bem como montante relacionado ao deságio registrado nas aquisições do Campo de Polvo, e ao valor integral dos passivos

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

diferidos registrados em Luxemburgo, referentes aos deságios registrados na aquisição do Campo de Frade. Os demais créditos serão reconhecidos à medida que os lucros tributários futuros forem sendo gerados. Do total de créditos fiscais disponíveis, os valores não operacionais não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2024.

Além dos créditos fiscais listados no parágrafo anterior, em 31 de dezembro de 2024 foi registrado crédito fiscal no montante de R\$ 6.366.676, referente aos prejuízos fiscais da empresa Forte, uma vez que o planejamento tributário, desenhado e aprovado no exercício de 2023, para o aproveitamento destes créditos, que contemplava a incorporação da Jaguar pela Forte, teve todas as condições necessárias aprovadas durante o ano de 2024. O processo de incorporação teve a formalização final concluído em janeiro de 2025 com a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária. Dessa forma, a Administração espera utilizar o crédito fiscal pelo resultado das atividades dos Campos de Frade, Albacora Leste e Wahoo, que passaram a ser ativos operacionais da Forte.

A legislação do Pillar 2, emitida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi adotada ou está em processo avançado de adoção em diversas jurisdições onde operam empresas controladas pela Prio, incluindo Luxemburgo, Áustria e Holanda. No Brasil, a promulgação ocorreu por meio da Lei nº 15.079/2024, com vigência a partir do ano-calendário de 2025, assegurando a internalização dessas normas.

A exposição potencial ao imposto adicional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com base nas Global Anti-Base Erosion Rules (GloBE Rules) para as empresas do Grupo Prio foi limitada ao cálculo simplificado da Effective Tax Rate (ETR). De acordo com as GloBE Rules, a ETR do grupo econômico estabelece um imposto complementar sobre os lucros provenientes de jurisdições onde a taxa efetiva de imposto (ETR) seja inferior a 15%. Os testes aplicados às bases consolidadas do Grupo Prio para o ano fiscal de 2024 indicaram que a Effective Tax Rate (ETR) é superior a 15%, não gerando assim ajuste complementar de imposto.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos de provisão para recuperação, está como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Deságio/mais-valia em combinação de negócios	-	-	197.970	185.535
Diferenças temporárias	(28.940)	(10.191)	(2.086.382)	374.106
Diferenças temporárias - Ajustes de conversão (*)	-	-	3.913.286	(449.596)
Prejuízos fiscais	-	-	(7.661.273)	(626.627)
Saldo Líquido (Ativo)/Passivo	(28.940)	(10.191)	(5.636.399)	(516.582)

Expectativa de realização	Consolidado									Total
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	De 2033 a 2041	
Deságio/mais-valia em combinação de negócios	74.900	12.137	10.972	10.105	9.326	8.675	8.180	7.798	55.877	197.970
Diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.086.382)	(2.086.382)
Prejuízos Fiscais	(1.835.315)	(1.243.552)	(1.201.188)	(1.180.110)	(1.066.959)	(841.308)	(18.836)	(130.683)	(143.322)	(7.661.273)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) As alterações na taxa de câmbio originaram diferenças temporárias que resultaram em ativo fiscal diferido, que foi creditado no resultado conforme item 38 do CPC 32.

17. Provisão para abandono de instalações

A movimentação do saldo da provisão para abandono de poços nos campos: Campo de Polvo, Campo de Manati, Campo de Tubarão Martelo, Campo de Albacora Leste, Campo de Tubarão Azul e Campo de Pelegrino está demonstrada a seguir:

	Polvo	Manati	Tubarão Martelo	Frade	Albacora Leste	Peregrino	Tubarão Azul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(36.657)	-	150.736	157.552	-	-	-	271.631
Aquisição Albacora Leste	-	-	-	-	840.568	-	-	840.568
Constituição Tubarão Azul	-	-	-	-	-	-	86.092	86.092
Baixa de provisão pela venda do Campo (Aumento)/ Redução	(18.887)	(53.736)	-	(20.465)	-	-	-	(93.108)
Atualização cambial	-	2.820	-	-	-	-	-	2.820
Atualização monetária	6.812	2.828	15.558	19.894	79.180	-	-	124.272
Ajuste de Conversão	(10.566)	-	(11.312)	(14.291)	(63.776)	-	(6.211)	(106.156)
Transferência de ativo mantido para venda	-	48.083	-	-	-	-	-	48.083
Atualização monetária do Fundo de Abandono	5.995	-	-	-	-	-	-	5.995
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(53.303)	-	133.474	142.690	818.687	-	79.881	1.121.429
Aquisição Peregrino	-	-	-	-	-	1.327.781	-	1.327.781
(Aumento)/Redução	10.637	-	10.774	23.688	345.742	-	-	390.841
Atualização monetária	15.916	-	17.471	19.180	107.740	11.760	-	172.067
Ajuste de Conversão	35.704	-	39.494	42.302	242.884	46.013	22.292	428.689
Atualização monetária do Fundo de Abandono	(53.041)	-	-	-	-	-	-	(53.041)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(44.087)	-	201.213	227.860	1.515.053	1.385.554	102.173	3.387.766

Para o Campo de Polvo, o valor total da provisão de abandono é de R\$ 182.860, porém, existe um fundo de investimento exclusivo para a liquidação dos gastos de abandono, que atualmente possui valor de R\$ 226.947, superior ao passivo registrado.

Com a aquisição do Campo de Albacora Leste, foi constituída, na data da transação, a provisão para abandono do campo, no montante de R\$ 840.568, conforme nota explicativa 9.2.c.

Adicionalmente, foi constituída, na data da aquisição do Campo de Peregrino, a provisão para abandono do Campo, no montante de R\$ 1.085.165, conforme nota explicativa 9.e.

Com a aquisição de ações e controle da Forte em 2023, a Companhia passou a consolidar os valores para a conclusão do abandono previstos para o Campo de Tubarão Azul, no valor de R\$ 86.092.

Em 31 de dezembro de 2024, houve atualização da taxa de desconto e inflação de todos os Campos. Adicionalmente, a TSB offshore realizou a revisão do valor de abandono do Campo de Albacora Leste e foi detectada a necessidade de complemento ao valor provisionado. Considerando esses fatores, foi registrado um incremento de R\$ 390.841, que afetou o ativo em R\$ 356.516 e o resultado em R\$ 34.325.

Os Campos de Polvo e Tubarão Martelo, com previsão de abandono em 2033, descontam as estimativas de abandono, ambas em dólar, à valor presente pela taxa de 10,87% ao ano. Frade, com a previsão de abandono em 2041 e estimativa em dólar, utiliza a taxa de 11,15% ao ano. Albacora Leste e Peregrino, com previsão de abandono em 2031 (data limite da

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

concessão do campo) e estimativa em dólar, utilizam taxa de 10,77%. As taxas de inflação utilizadas, quando necessário, são a média de 2,0% ao ano para os valores em dólar.

18. Adiantamento de parceiros

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Blocos operados		
Repsol - Albacora Leste	38.522	91.351
Outras parcerias	(2.870)	1.842
Total de blocos operados	35.652	93.193
Blocos não operados		
Petrobras - Coral/Cavalo Marinho	(50)	(5)
Equinor - Peregrino	(227.418)	-
Total de blocos não-operados	(227.468)	(5)
Total de adiantamento de/a parceiros	(191.816)	93.188
Total no Passivo Circulante	(191.816)	-
Total no Ativo Circulante	-	93.188

19. Impairment

A Companhia acompanha periodicamente mudanças nas expectativas econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável de seus ativos. Sendo tais evidências identificadas, são realizados cálculos para verificar se o valor contábil líquido excede o valor recuperável, e se confirmado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável.

Independente do atual cenário do mercado de petróleo e da variação na produção nos Campos, a Companhia efetua os cálculos para a verificação do valor recuperável dos ativos frente aos valores contabilizados no exercício. Adicionalmente, a partir do exercício de 2023, foi registrado ágio na aquisição da Forte, que precisa ser testado anualmente.

Para o cálculo foram utilizadas as estimativas de reservas provadas (1P) dos campos em operação calculadas pela D&M, de forma individualizada, ou seja, um teste para Frade, um para Albacora Leste, um para Peregrino e um para o Cluster de Polvo e Tubarão Martelo, bem como preços futuros de brent no mercado descontado à taxa de 9,37% a.a.

Os cálculos apresentaram valor presente muito superior aos ativos registrados em 31 de dezembro de 2024 não havendo necessidade de registro de provisão para *impairment* ou baixa do ágio.

Conforme nota explicativa de contexto operacional, no dia 05 de dezembro de 2024, houve a aquisição da Tigris, detentora de 40% do campo de Peregrino. Essa empresa possui registrado *impairment* parcial dos seus ativos no montante de R\$ 4.115.681. Em 31 de dezembro de 2024, não houve alteração nos fluxos de caixa suficientes para reverter a totalidade da provisão.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado da Companhia no valor de R\$ 10.834.752 está representado por 892.059.934 ações todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A Companhia possui saldo de R\$ 223.365 referentes aos custos com emissões das ações em conta redutora do Capital Social, que compõem o saldo apresentado de R\$ 10.611.387.

Acionista	Nº de ações ordinárias (*)	% de Participação
Outros Acionistas	892.059.934	100%

(*) Conforme informações divulgadas em formulário de referência.

O Capital Social da Companhia sofreu alterações em janeiro de 2024, com aumento de R\$ 58.595 através da emissão de ações pelo exercício de opções de ações outorgadas aos colaboradores.

Nos dias 21 de fevereiro, 15 de março e 27 de dezembro de 2024, a Companhia realizou aumento do capital social no valor de R\$ 2.000.000, R\$ 200.000 e R\$ 3.000.000, respectivamente, através da capitalização de recursos alocados na reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”.

Adicionalmente, no dia 25 de fevereiro de 2025 foi aprovado o aumento do capital social através da capitalização de recursos alocados na reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos, no montante de R\$ 2.800.000.

A Companhia mantém em 31 de dezembro de 2024 o saldo de 75.058.542 ações ordinárias da Prio S.A. em conta de Ações em Tesouraria, retificadora do Patrimônio Líquido, ao custo da transação de R\$ 1.490.922 (52.700.738 ações ao custo de R\$ 545.845 em 31 de dezembro de 2023).

20.2. Remuneração com base em plano de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações para Colaboradores da Companhia. O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo *Black-Scholes* de precificação. Para a definição da volatilidade esperada, foram observadas as cotações das ações do passado pelo mesmo período dos vestings das opções de subscrição outorgadas.

As datas de realização das reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Programa XI	Programa XIII	Programa XIV	Programa XV
Data da outorga pelo Conselho de Administração	30/04/2021	03/08/2022	07/02/2023	07/02/2023
Total de opções concedidas	632.569	3.671.976	1.068.826	3.838.250
Preço da ação na data da outorga	91,86	23,76	41,63	41,63
Preço do Strike	39,68	18,79	28,33	31,87
Valor justo ponderado da opção na data da concessão	65,91	13,45	19,34	26,20
Volatilidade máxima estimada do preço da ação	73,64%	74,19%	49,47%	68,93%
Taxa de retorno livre de risco	7,86%	12,40%	13,11%	13,17%
Duração da opção (em anos)	4	4	2	5

	Programa 1	Programa 2
Data da outorga pelo Conselho de Administração	08/04/2024	08/04/2024
Total de opções concedidas	1.091.095	3.522.000
Preço da ação na data da outorga	49,66	49,66
Preço do Strike	45,55	45,55
Valor justo ponderado da opção na data da concessão	14,39	23,49
Volatilidade máxima estimada do preço da ação	42,11%	65,03%
Taxa de retorno livre de risco	10,39%	10,92%
Duração da opção (em anos)	3	5

A Companhia possui saldo registrado no patrimônio líquido, na rubrica de Reserva de capital, remuneração baseada em ações, o montante de R\$ 477.648, tendo como contrapartida a demonstração de resultado como despesa de pessoal desde a outorga, destes, R\$ 70.870 são referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 65.868 em 2023).

Das opções outorgadas, 4.830.787 opções foram exercidas em 02 de janeiro de 2024, com a integralização de R\$ 58.595 no capital social da Companhia.

20.3. Resultado por ação

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação nos exercícios:

Apuração do resultado básico e diluído por ação	31/12/2024	31/12/2023
Numerador (em R\$ mil)		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas do Grupo	10.301.606	5.179.905
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada líquida de quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação (*)	834.379	840.315
Resultado básico por ação	12,346	6,164
Resultado diluído por ação	12,293	6,114
Ações potencialmente diluidoras em períodos futuros com lucro	3.632	6.919

* A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações em tesouraria durante o exercício.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.4. Destinação do lucro do exercício

De acordo com o estabelecido no estatuto social do Grupo, o dividendo mínimo obrigatório é de 0,001% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Como este lucro é composto integralmente por resultado positivo de equivalência patrimonial, todo o valor se enquadra como Lucro Não Realizado, conforme o artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, existe previsão para Reserva estatutária para investimentos, de até 100% do saldo a distribuir após cálculo do dividendo mínimo, com isso, a proposta para a destinação do lucro líquido do exercício está assim composta:

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	10.301.606
Constituição de Reserva Legal (5%)	(515.080)
Saldo a distribuir	9.786.526
Dividendo mínimo obrigatório estatutário (0,001%)	98
Destinação à Reserva de lucros a realizar (art. 197 6.404/76)	(98)
Destinação à Reserva de investimentos (estatutária 75%)	(9.786.428)

21. Transações com partes relacionadas (Controladora)

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber Prio S.A x Petrório O&G	-	164.528
Contas a receber Prio S.A x Petrório Jaguar (i)	10.892	33.982
Contas a receber Prio S.A x Petrório Bravo (i)	6.414	-
Rateio despesas administrativas Frade	-	(116.903)
Rateio despesas administrativas Bravo	-	(72.514)
Mútuo passivo Prio S.A x Bravo	-	(149.656)
Mútuo passivo Petrório Luxembourg Holding x Prio S.A (ii)	(273.676)	(203.048)
Mútuo passivo Prio S.A x Coral (iii)	(16.384)	(84.120)
Mútuo passivo Prio S.A x O&G	-	(111.128)
Mútuo passivo Prio S.A x Jaguar (iv)	(375.051)	-
	<u>(647.805)</u>	<u>(538.859)</u>
Total no Ativo Não Circulante	17.970	9.355
Total no (Passivo Não Circulante)	(665.775)	(548.214)

- (i) Saldo referente à remuneração com base em plano de opções de compra de ações da Companhia com a Jaguar e Bravo.
- (ii) Saldo referente a contrato de mútuo firmado desde o segundo semestre de 2019 entre a Prio e a Lux Trading, com prazo indeterminado e taxa de juros de Libor + 2,9% a.a. Conforme informado na nota explicativa de investimento, a Lux Trading foi incorporada pela Lux Holding em outubro de 2023 e dessa forma o mútuo foi transferido para a incorporadora.
- (iii) Saldo referente a contrato de mútuo no valor de R\$ 150.000, firmado em março de 2023, entre a Prio e a Prio Coral, com prazo indeterminado e taxa de juros de 3% a.a. que será utilizado para a composição de caixa para o programa de recompra de ações. Em fevereiro de 2024, foi firmado novo contrato de mútuo no valor de até R\$ 150.000, com as mesmas condições de prazo e taxa de juros do anterior.
- (iv) Saldo referente a contrato de mútuo no valor de até R\$ 500.000, firmado em março de 2024, entre a Prio e a Petro Rio Jaguar, com prazo indeterminado e taxa de juros de 6,125% a.a. que será utilizado para a composição de caixa.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 27.185 (R\$ 67.034 em 31 de dezembro de 2023), conforme detalhado abaixo:

Remuneração dos Administradores	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo a empregados	4.320	4.350
Pagamento baseado em ações	22.865	62.684
Total	27.185	67.034

22. Receita Líquida

A receita líquida para os respectivos exercícios é composta da seguinte forma:

	31/12/2024					Total
	Venda de óleo produzido				Trading (*)	
	Polvo/TBMT	Frade	Albacora Leste	Peregrino		
Receita bruta	1.928.431	6.888.479	4.027.533	248.203	2.200.045	15.292.691
Deduções	(34.446)	(79.040)	(41.501)	-	-	(154.987)
Subtotal	1.893.985	6.809.439	3.986.032	248.203	2.200.045	15.137.704
Despesas de comercialização	(222.827)	(254.968)	(211.462)	(48)	(87.746)	(777.051)
Receita líquida	1.671.158	6.554.471	3.774.570	248.155	2.112.299	14.360.653

	31/12/2023					Total
	Venda de óleo produzido					
	Polvo/TBMT	Manati	Frade	Albacora Leste		
Receita bruta	2.437.494	75.925	7.406.647	3.088.488		13.008.554
Deduções	(47.285)	(12.713)	(245.336)	(117.656)		(422.990)
Subtotal	2.390.209	63.212	7.161.311	2.970.832		12.585.564
Despesas de comercialização	(110.743)	-	(484.893)	(84.887)		(680.523)
Receita líquida	2.279.466	63.212	6.676.418	2.885.945		11.905.041

Em 2023, a Companhia reforçou a sua área de trading, com o intuito de melhorar os preços de venda e reduzir os custos associados. Desta forma, passou a realizar vendas diretamente para refinarias e a contratar serviços relacionados às vendas (frete, seguros, entre outros) diretamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou despesa com vendas no montante de R\$ 777.051 (R\$ 680.523 em 2023).

(*) No exercício de 2024, conforme valores demonstrados na nota explicativa 23, a área de trading realizou operações de compra e venda de óleo de terceiros com a aquisição de aproximadamente 2.942 mil barris de óleo da Perenco Petróleo e Gas Brasil Ltda., revenda para a Valero Marketing and Supply Company, Phillips 66 Company, Saras SPA Raffinarie Sarde e Petrochina Internaional e de aproximadamente 1.910 mil barris de óleo da Shell Western Supply and Trading Limited e revenda para a Unipet America Inc. e China Zhenhua Oil Co. Ltd.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Custos dos produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e Amortização	2.205.033	1.768.274
Compra de óleo para revenda	2.088.361	38.435
Royalties e participação especial	1.232.820	1.134.614
Consumíveis	564.534	400.666
Operação e Manutenção	335.887	300.715
Pessoal	255.427	239.636
Amortização CPC 06 (R2)	182.841	149.121
Logística	109.515	107.103
Outros Custos	111.458	107.573
Total	7.085.876	4.246.137

Estoque de petróleo

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Polvo	-	-	10.646	85
Tubarão Martelo	152.927	779	64.749	343
Forte	2.964	35	13.763	125
Frade	17.852	401	61.734	794
Albacora Leste	55.194	229	103.438	489
Peregrino	273.904	514	-	-
Total	502.841	1.958	254.330	1.836

24. Outras receitas e despesas

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	-	100
Complemento de despesa com bônus colaboradores/administradores	(55)	(12.624)
Outras Receitas (Despesas)	(488)	(396)
Total	(543)	(12.920)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Aumento/Redução da provisão de abandono (alteração de taxa/curva)	(34.325)	39.348
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(3.413)	(8.095)
Reversão (Provisão) para Contingências Fiscais	(3.331)	(6.566)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis *	315.710	9.381
Aquisição de Albacora Leste	-	(11.075)
Complemento de despesa com bônus colaboradores/administradores	(502)	-
Impostos sobre JSCP **	(78.282)	-
Indirect Overhead - Parcerias	(29.098)	-
Baixa de materiais, equipamentos e petróleo ***	(131.688)	-
Capitalização de valores da aquisição da sonda Hunter Queen	-	25.681
Alienação de ativos	-	36.579
Ganho por compra vantajosa Sinochem	58.412	-
Reembolso arbitragem IBV	40.632	-
Reversão parcial de <i>impairment</i> ****	110.849	-
Outras Receitas (Despesas)	28.893	(20.902)
Total	273.857	64.351

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* Baixa de passivo contingente constituído na Opco devido à aquisição da Dommo, conforme mencionado na nota explicativa de contingências.

** Imposto de renda retido na fonte sobre receita de juros sobre capital próprio distribuído da Opco para a Lux Holding.

*** Baixa de materiais, equipamentos e petróleo após inventário físico realizado no último trimestre de 2024.

**** Reversão parcial de *impairment* de Peregrino pela curva de depreciação.

25. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	956	1.755
Receita de aplicação financeira realizada	800	878
Outras receitas financeiras	156	877
Despesas financeiras	(51.218)	(15.937)
Outras despesas financeiras	(51.218)	(15.937)
Variações cambiais, líquidas	93.957	(5.035)
Receita de variação cambial	232.440	17.501
Despesa de variação cambial (*)	(138.483)	(22.536)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	865.730	170.833
Receita de aplicação financeira realizada	729.203	46.629
Marcação a valor justo de derivativos	325	358
Ganho realização de derivativos	99.770	33.269
Ganho Valor justo ARO	-	67.307
Outras receitas financeiras	36.432	23.270
Despesas financeiras	(1.576.425)	(1.074.828)
Perda em aplicação financeira realizada	(16.083)	(31.870)
Juros sobre empréstimos	(862.198)	(525.050)
Comissão sobre fianças	(165)	(146)
Perda realização de derivativos	(81.072)	(59.806)
Despesas com juros sobre arrendamentos	(211.420)	(145.973)
Perda Valor justo ARO	(172.066)	(191.580)
Atualização passivo Earn – out (**)	(61.292)	(82.721)
Outras despesas financeiras	(172.129)	(37.682)
Variações cambiais, líquidas	126.353	(147.195)
Receita de variação cambial	6.911.123	1.354.419
Despesa de variação cambial (*)	(6.784.770)	(1.501.614)

(*) Com a alteração da moeda funcional para o dólar, as receitas e despesas de variação cambial são referentes aos valores registrados em outras moedas, que não o dólar, que sofrem variação com a alteração da taxa, como, principalmente, os saldos de bancos, impostos a recuperar, fornecedores, arrendamentos, obrigações trabalhistas e impostos a pagar.

(**) Conforme nota explicativa 9

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos sobre o lucro da Companhia diferem do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto aplicável, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	10.282.634	5.180.644
Alíquota de acordo com a legislação vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	3.496.096	1.761.419
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Diferenças Permanentes	3.485	4.508
Diferenças Temporárias	18.754	(779)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.502.242)	(1.776.565)
(Utilização de) Prejuízo fiscal	-	(9.050)
Diferença de base tributária - Moeda funcional	(35.065)	21.206
Total	(18.972)	739
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda diferido	(18.972)	739
Despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social no resultado	(18.972)	739
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	-0,18%	0,01%

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.361.119	6.104.672
Alíquota de acordo com a legislação vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social com base na alíquota vigente	2.162.780	2.075.588
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Diferenças Permanentes	(113.608)	(450.905)
Diferenças Temporárias (*)	629.305	(341.658)
Dedução/ Benefícios Fiscais	(12.717)	(12.827)
(Utilização de) Prejuízo Fiscal	(71.009)	(738.110)
Prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	(6.146.529)	-
Efeito de alíquotas fiscais reduzidas nos EUA e Luxemburgo	(1.212.019)	(449.816)
Diferença de base tributária - Moeda Funcional	823.310	842.495
Total	(3.940.487)	924.767
Imposto de renda e contribuição social	567.521	683.641
Imposto de renda diferido	(4.508.008)	241.126
Despesa (receita) do imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.940.487)	924.767
Alíquota efetiva sobre o lucro antes do imposto	-61,95%	15,15%

(*) As diferenças temporárias foram reconhecidas com base no planejamento tributário aprovado no ano de 2024 e descrito na nota explicativa 16.

27. Informações por segmento (Consolidado)

O pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia através de suas controladas opera apenas no segmento de exploração e produção (E&P) de óleo e gás no Brasil e no exterior, representando, portanto, um único segmento de atuação.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações por segmento das operações continuadas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		
Brasil	3.689.240	1.409.669
Exterior	4.263.332	3.885.205
Ativo não circulante		
Brasil	35.248.375	22.701.561
Exterior	12.545.218	314.497
Receita	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Brasil	-	63.212
Exterior	14.360.653	11.841.829

28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Prio referem-se a contas a pagar a fornecedores de bens e serviços a serem utilizados em suas operações de exploração e produção de hidrocarbonetos, debêntures conversíveis em ações e contratos de garantia financeira. Por outro lado, a Companhia mantém no ativo disponibilidades financeiras, conforme descrito na nota explicativa de Caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa e variável, transações envolvendo câmbio, juros, *swaps*, derivativos, commodities diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista.

Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece e periodicamente revisa as políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros e mercadorias (*commodities*). A companhia realiza acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, contrata operações com derivativos para neutralizar os impactos destas oscilações de preço das *commodities*.

Instrumentos Financeiros Derivativos – Hedge

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia, através de suas subsidiárias, acordou a venda de uma carga de aproximadamente 1.950.000 bbl (barris de óleo) referenciados no dated brent. Visando mudar a sua exposição ao indicador ice brent como habitualmente fez nos anos anteriores, a Companhia, através de suas subsidiárias, contratou derivativos nos quais

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receu ice brent e pagou dated brent de forma que não tenha mais exposição ao dated brent nessa carga específica.

Além disso, no primeiro trimestre de 2024, a Companhia, através de suas controladas responsáveis pela venda de óleo no mercado internacional, acordou a compra de mais uma carga de óleo de terceiros, com a finalidade de aproveitar a sua expertise e estrutura para obter maiores ganhos financeiros nas operações.

A compra e venda de óleo de terceiros pode ser feita referenciada no mesmo mês ou em períodos diferentes. Visando se proteger de oscilações de preço do óleo, a Companhia contratou derivativos para se proteger de eventuais oscilações no mercado que poderiam gerar perdas relevantes e conseqüentemente impactar o lucro.

Em 20 de março de 2024, a PRIO contratou um derivativo para 500.000 bbl (barris de óleo) no qual recebeu a média das cotações do dated brent de 01 de maio de 2024 a 31 de maio de 2024 e pagou a média das cotações do dated brent de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 acrescido de US\$ 0,75. Dessa forma, a Companhia teve um custo de US\$ 0,75 por barril de óleo e não correu riscos da cotação do dated brent de março de 2024 ser menor que o de janeiro de 2024.

Em 25 de abril de 2024, a PRIO contratou um derivativo para 500.000 bbl (barris de óleo) no qual recebeu a média das cotações do dated brent de 01 de junho de 2024 a 30 de junho de 2024 e pagou a média das cotações do dated brent de 01 de julho de 2024 a 31 de julho de 2024 acrescido de US\$ 0,82. Dessa forma, a Companhia teve um custo de US\$ 0,82 por barril de óleo e não correu riscos da cotação do dated brent de julho de 2024 ser menor que o de junho de 2024 na transação da recompra de óleo de terceiros.

Entre os dias 22 de agosto de 2024 e 04 de setembro de 2024, a Companhia contratou dois derivativos para 1.000.000 bbl (barris de óleo) no qual recebeu a média das cotações do dated brent de 01 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 e pagou a média das cotações do dubai crude de 01 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024, acrescido de US\$ 0,90 por barril.

No dia 05 de setembro de 2024, a PRIO contratou um derivativo para 500.000 bbl (barris de óleo) no qual recebeu a média das cotações do dated brent de 01 de outubro de 2024 a 31 de outubro de 2024 e pagou a média das cotações do ice brent de 01 de outubro de 2024 a 31 de outubro de 2024, acrescido de US\$ 0,17 por barril. Dessa forma, a Companhia não correu riscos de o preço do dated brent ser maior que o ice brent de outubro de 2024.

No dia 16 de setembro de 2024, a Companhia contratou um derivativo para 3.380.000 bbl (barris de óleo) no qual recebeu a média das cotações do dated brent de 01 de outubro de 2024 a 31 de outubro de 2024 acrescido de US\$ 1,20 por barril e pagou a média das cotações do dated brent de 01 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024. No dia 02 de outubro de 2024, a Companhia desfez o derivativo e realizou um ganho de aproximadamente US\$ 8,6 milhões.

A Companhia, através de suas subsidiárias, contratou derivativos que visam oferecer cobertura (hedge) contra o risco de volatilidade dos preços do petróleo para as vendas que

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

foram precificadas nos meses de março, abril, julho e outubro de 2024. Essencialmente, as operações protegiam a Companhia com a obtenção de um preço mínimo (floor) por barril.

A seguir estão demonstradas as movimentações no ano das operações de hedge:

Operação de hedge da venda de óleo:

Instituição	Contrato	Operação	Tipo	Vencimento	Liquidação	Strike	Quantidade	Preço		Preço	Resultado	
								Contratação	Prêmio		US\$ mil	R\$ mil
Citibank	Brent-Ice	Venda	PUT	31/03/24	31/03/24	83,15	2.000	0,62	1.230	-	(1.230)	(6.361)
Citibank	Brent-Ice	Venda	PUT	31/03/24	31/03/24	84,28	2.000	0,61	1.210	-	(1.210)	(6.258)
Citibank	Brent-Ice	Venda	PUT	30/04/24	30/04/24	85,90	1.900	2,33	4.418	-	(4.418)	(22.846)
Total	Brent-Ice	Venda	PUT	31/03/24	31/03/24	83,20	2.000	1,45	2.900	-	(2.900)	(14.998)
Citibank	Brent-Ice	Venda	PUT	31/07/24	31/07/24	85,15	1.000	1,63	1.630	83,88	(364)	(2.042)
Morgan Stanley	Brent-Ice	Venda	PUT	31/07/24	31/07/24	85,20	1.000	1,66	1.660	83,88	(344)	(1.946)
Morgan Stanley	Brent-Ice	Venda	PUT	31/07/24	31/07/24	85,40	1.000	1,60	1.600	83,88	(84)	(475)
Citibank	Brent-Ice	Venda	PUT	31/07/24	31/07/24	85,85	1.000	1,33	1.330	83,88	636	3.568
Citibank	Brent-Ice	Venda	PUT	31/07/24	31/07/24	87,48	1.300	0,92	1.196	83,88	3.479	19.514
Morgan Stanley	Brent-Ice	Venda	PUT	31/10/24	31/10/24	79,05	1.750	1,85	3.238	75,36	3.217	18.213
											(3.218)	(13.631)

Operação de hedge para mudança de referencial de exposição:

Instituição	Contrato	Operação	Tipo	Vencimento	Liquidação	Quantidade	Preço		Preço	Resultado	
							Contratação	-		US\$ mil	R\$ mil
Citibank	DFL	Venda	Forward	30/06/24	30/06/24	1.950	0,75	-	0,32	2.087	11.417
Morgan Stanley	DFL	Compra	Forward	31/10/24	31/10/24	500	0,17	-	0,30	64	360
										2.151	11.777

Instituição	Contrato	Operação	Tipo	Vencimento	Liquidação	Quantidade	Preço		Preço	Resultado		
							Ativo	Passivo		US\$	R\$	
Morgan Stanley	Dubai x Dated	Compra	Swap	30/09/24	30/09/24	100	74,33	76,30	76,30	(197)	(1.074)	
Morgan Stanley	Dubai x Dated	Venda	Swap	30/09/24	30/09/24	(100)	75,43	73,51	73,51	192	1.045	
Morgan Stanley	Dubai x Dated	Compra	Swap	30/09/24	30/09/24	900	74,33	74,17	74,17	144	785	
Morgan Stanley	Dubai x Dated	Venda	Swap	30/09/24	30/09/24	(900)	73,27	73,51	73,51	(220)	(1.197)	
										-	(81)	(441)

Operação de hedge de estrutura da curva futura:

Instituição	Contrato	Operação	Tipo	Vencimento	Liquidação	Quantidade	Preço		Preço	Resultado	
							Ativo	Passivo		US\$	R\$
Morgan Stanley	Brent-Ice	Compra	Swap	31/01/24	31/03/24	500	79,15	79,31	79,31	(80)	(414)
Morgan Stanley	Brent-Ice	Venda	Swap	27/03/24	31/03/24	(500)	79,21	84,52	84,52	(2.654)	(13.723)
Morgan Stanley	Dated Brent	Compra	Swap	31/05/24	30/06/24	500	82,05	85,40	85,40	(1.676)	(9.363)
Morgan Stanley	Dated Brent	Venda	Swap	30/06/24	30/06/24	(500)	84,65	82,61	82,61	1.021	5.704
Morgan Stanley	Dated Brent	Compra	Swap	30/06/24	31/07/24	500	82,61	86,75	86,75	(2.071)	(11.714)
Morgan Stanley	Dated Brent	Venda	Swap	31/07/24	31/07/24	(500)	85,93	85,31	85,31	312	1.765
Morgan Stanley	Dated Brent	Compra	Swap	31/10/24	31/10/24	3.380	75,68	72,50	72,50	10.737	60.799
Morgan Stanley	Dated Brent	Venda	Swap	30/09/24	31/10/24	(3.380)	73,70	74,33	74,33	(2.129)	(12.058)
										3.460	20.996

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um ganho líquido de R\$ 18.699 com a realização de operações de hedge.

A Companhia designou as debêntures emitidas em agosto de 2022 e em fevereiro e abril de 2024 (nota explicativa 14) como itens protegidos, e os contratos de swap como instrumentos de proteção, e decidiu pela contabilização de hedge (*hedge accounting*), conforme CPC 48, item 6.4.1, como hedge de fluxo de caixa.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por terem sido contratados com prazos e idênticas, a efetividade da operação é de 100%, sem risco de descasamento quanto aos valores praticados na liquidação de cada parcela de juros ou do principal.

Os contratos têm a função de trocar as taxas das debêntures e a moeda real em uma dívida em dólar com taxa pré-fixada de 6,79% a.a. para a primeira emissão e de 6,14 a.a para a segunda e a terceira emissão.

Em 31 de dezembro de 2024 a marcação a mercado dos contratos de swap somava R\$ 1.483.243.

Risco de taxa de juros

A aplicação de recursos disponíveis é efetuada em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, a Companhia adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

Com relação ao risco de crédito de suas operações de vendas, a Companhia analisa a situação financeira e patrimonial de seus clientes, em conjunto com o prestador de serviço de comercialização (*trader*), que também atua como intermediário nas transações de venda do petróleo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as vendas líquidas de petróleo foram para 17 clientes distintos, que não apresentam risco de crédito relevante, considerando que historicamente não possuem atrasos nem inadimplências, sendo os principais, Shell com 18% do total e ExxonMobil, Phillips 66 e Unipet com 11% cada.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	até 12 meses	1 a 5 anos	Total
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	(116.157)	(11.819.920)	(11.936.077)
Fornecedores	(757.596)	-	(757.596)
Obrigações trabalhistas	(252.270)	-	(252.270)
Tributos e contribuições sociais	(830.285)	-	(830.285)
Debêntures locais (inclui swaps de conversão)	(133.066)	(6.332.805)	(6.465.871)
Provisão para Abandono	-	(3.387.766)	(3.387.766)
Provisão para contingências	-	(758.036)	(758.036)
Marcação a mercado dos swaps das debêntures	-	(1.483.243)	(1.483.243)
Adiantamento de parceiros	(191.816)	-	(191.816)
Outras obrigações	(1.077.584)	(132.943)	(1.210.527)
	(3.358.774)	(23.914.713)	(27.273.487)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	até 12 meses	1 a 5 anos	Total
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	(1.212.632)	(4.340.854)	(5.553.486)
Fornecedores	(834.778)	-	(834.778)
Obrigações trabalhistas	(266.893)	-	(266.893)
Tributos e contribuições sociais	(593.007)	-	(593.007)
Debêntures locais (inclui swaps de conversão)	(39.430)	(1.800.248)	(1.839.678)
Provisão para Abandono	-	(1.121.429)	(1.121.429)
Provisão para contingências	-	(946.101)	(946.101)
Outras obrigações	(292.569)	(823.473)	(1.116.042)
	(3.239.309)	(9.032.105)	(12.271.414)

Controladora

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	até 12 meses	1 a 5 anos	Total
Passivo			
Fornecedores e outros	(1.382)	-	(1.382)
Obrigações trabalhistas	(8.935)	-	(8.935)
Tributos e contribuições sociais	(167)	-	(167)
Provisão para contingências	-	(400)	(400)
Outras obrigações	-	(183)	(183)
	(10.484)	(583)	(11.067)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	até 12 meses	1 a 5 anos	Total
Passivo			
Fornecedores e outros	(644)	-	(644)
Obrigações trabalhistas	(15.083)	-	(15.083)
Tributos e contribuições sociais	(676)	-	(676)
Provisão para contingências	-	(400)	(400)
Outras obrigações	-	(185)	(185)
	(16.403)	(585)	(16.988)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O conceito de “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo Nível 1 para os instrumentos financeiros abaixo, e não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	31/12/2024				31/12/2023			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros								
Custo amortizado:								
Contas a receber (i)	-	-	931.770	931.770	-	-	1.743.491	1.743.491
Partes relacionadas	17.970	17.970	-	-	9.355	9.355	-	-
Valor justo por meio do resultado								
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	10.351	10.351	3.993.359	3.993.359	18.248	18.248	2.335.403	2.335.403
Passivos financeiros								
Custo amortizado:								
Fornecedores (i)	1.382	1.382	757.596	757.596	644	644	834.778	834.778
Empréstimos e Financiamentos	-	-	11.936.077	11.936.077	-	-	5.553.486	5.553.486
Debêntures e Swap	-	-	6.465.871	7.949.114	-	-	1.839.678	1.758.980
Encargos Contratuais (Leasing IFRS 16)	-	-	2.548.486	2.548.486	-	-	2.161.238	2.161.238
Contas a pagar sobre obrigação associada a ativo mantido para venda	-	-	-	-	-	-	4.104	4.104
Contas a pagar earn-out Albacora Leste	-	-	1.077.584	1.077.584	-	-	1.075.188	1.075.188

(i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos ser em média de 60 dias.

(ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (preços, por exemplo) ou indiretamente (derivados dos preços).

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Seguros

A Companhia adota a política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Com efeito, possui, em conjunto com as demais empresas do grupo, coberturas contra as principais exposições, tais como o P&I para o FPSO Valente, FPSO Bravo, FPSO Forte, Genesis e Sonda Hunter Queen, Energy Package que engloba: Danos Físicos aos ativos offshore, Despesas Extras do Operador (OEE), Responsabilidade Civil Offshore e óleo em estoque, além da cobertura de Transporte para os equipamentos/suprimentos referentes às operações do campo de Polvo, Frade, Tubarão Martelo e Albacora Leste, e o seguro de D&O para seus administradores.

Dentre as principais coberturas previstas no seguro da companhia está o seguro de D&O, cujo principal objeto segurado da apólice é o pagamento, a título de Perdas, devido a terceiros pela companhia decorrente de uma Reclamação. Ademais, a empresa também contrata o seguro para Despesas Extras do Operador, cujas principais exposições cobertas são: Controle de Poço, Despesa Extra/Reperfuração e Infiltração e Poluição, Limpeza e Contaminação.

Os seguros vigentes em 31 de dezembro 2024 cobrem a Importância Segurada de R\$ 67.820.955.

A seguir, demonstramos os principais ativos e interesses cobertos e seus respectivos limites de indenização:

Seguros/Modalidade	Importância Segurada
Danos Físicos (Óleo em estoque)	1.145.575
Plataforma Fixa	9.591.881
FPSO Frade	4.587.875
Equipamento <i>Subsea</i>	2.153.381
Equipamento/ Obra	681
Propriedades offshore (dutos)	175.242
OEE Produção (Controle de poço)	538.730
OEE Produção e Desenvolvimento	650.192
Responsabilidade Civil Operações Offshore + Excesso	3.715.380
Transporte	7.259.835
D&O	40.000
P&I	22.601.895
Responsabilidade Civil Geral	5.000
Patrimonial	19.000
Automóvel	350
Garantia Judicial	247.959
Seguro Garantia	73.959
Seguro Viagem Travel Guard	1.703
Casco e Máquina FPSO OSX-3	4.210.764
Sonda	743.090
FPSO Forte	5.256.581
FPSO Peregrino	4.801.882
Total Segurado	67.820.955

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 nos montantes de R\$ 758.036 e R\$ 946.101, respectivamente, são suficientes para cobrir perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. A variação relevante se deve principalmente pela baixa das provisões possíveis e remotas advindas da aquisição da Prio Forte S.A., conforme detalhado nos parágrafos abaixo. A Companhia ainda possui registrado no ativo não circulante depósitos judiciais relacionados aos processos em andamento, no montante de R\$ 171.082 (R\$ 29.971 em 31 de dezembro de 2023), relacionados principalmente a demandas fiscais e trabalhistas.

Natureza das contingências registradas

A Companhia possui atualmente demandas judiciais que apresentam risco provável, que são basicamente reclamações trabalhistas que somam o montante de R\$ 20.819, reclamações fiscais no valor de R\$ 86.297 e reclamações cíveis/regulatórias no valor de R\$ 352.383 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 17.407, R\$ 81.357 e R\$ 350.137, respectivamente). Dentre as causas prováveis, as mais relevantes são uma regulatória da Prio Forte no valor de R\$ 227.619 referente a multas sobre o conteúdo local e uma fiscal, também da Prio Forte, no montante de R\$ 85.249 referente a exigência de imposto de renda retido na fonte de remessas realizadas em 2013 para quitação de contrato de intermediação financeira.

Adicionalmente foi reconhecido o valor justo de R\$ 542.819 referente ao passivo contingente assumido, mensurado sobre as provisões possíveis e remotas na aquisição da Forte. Em dezembro de 2024, este valor foi atualizado para R\$ 221.883 decorrente de baixas de processos que se encerraram com desfecho positivo para a Companhia, sendo as causas mais relevantes baixadas:

- (1) Secretaria de Receita Federal, referente ao trânsito em julgado do PPE, confirmando que os valores remetidos à Áustria para o pagamento de juros deveriam ser tributados à alíquota de 15% por força de tratado internacional e que os juros contabilizados e não pagos que não foram remetidos ao exterior, deveriam ser excluídos da exigência fiscal no montante de R\$ 113.170; e
- (2) Secretaria da Receita Federal, referente à auto de infração para redução do prejuízo fiscal e da base negativa de CSLL, no montante de R\$ 148.419.

Na data da aquisição da Prio Stellina, foi reconhecido o valor justo referente ao passivo contingente assumido, mensurado sobre as provisões possíveis, no montante de R\$ 76.654. Deste valor, as causas mais relevantes são:

- (1) Secretaria da Receita Federal, referente à Impugnação ao Auto de Infração lavrado contra a Prio Tigris, no qual é exigido crédito tributário a título de IRPJ e de CSLL, relativos aos anos-base de 2012 e 2013, acrescidos de multa de 75% e juros calculados pela Selic, no montante de R\$ 57.764; e

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (2) Fazenda Nacional, referente à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar antecedente para suspensão da exigibilidade integral do crédito tributário decorrente da cobrança emitida pela Receita Federal, no montante de R\$ 12.731.

Demais causas possíveis de perda

Segundo os consultores jurídicos do Grupo, o risco de perda das demais causas é “possível” no montante de R\$ 3.977.485 (R\$ 4.760.645 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 1.778.460 de causas fiscais, R\$ 2.160.969 cíveis e R\$ 38.056 trabalhistas (R\$ 2.586.990, R\$ 2.155.232 e R\$ 18.424, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). As causas com valores mais relevante são:

- (1) Confederação Nacional de Pescadores e Agricultores, no montante de R\$ 1.268.295, requerendo o pagamento de danos materiais e morais por prejuízos causados a pescadores de municípios dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em razão da criação de uma zona de exclusão pesqueira para a plataforma de exploração de gás e petróleo, no Campo de Frade.
- (2) Federação dos Pescadores do Rio de Janeiro (“FEPERJ”), no montante de R\$ 431.296, requerendo a reparação por supostos prejuízos sofridos pelos pescadores em decorrência dos Derramamentos de Petróleo do Campo de Frade em 2011/2012, quando operado pela Chevron, que atualmente encontra-se em fase de conhecimento;
- (3) Secretaria de Receita Federal no valor de R\$ 323.372, referente ao auto de infração com exigência de IRRF sobre as remessas ao exterior a título de juros decorrentes do Contrato de Pré-Pagamento de Exportação (“PPE”) da Forte;
- (4) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 230.831, cobrando IRPJ e CSLL em razão das regras de preço de transferência utilizadas na Jaguar em 2010, quando operado pela Chevron, e encontra-se aguardando julgamento de Apelação em 2ª instância judicial. A Companhia aguarda o recebimento dos autos para encerramento do processo, que tem sentença favorável à Prio Jaguar;
- (5) Secretaria de Receita Federal no valor de R\$ 165.278, referente ao não reconhecimento do ressarcimento antecipado no montante de 50% do crédito total de Pis e Cofins;
- (6) Fazenda Nacional no valor de R\$ 107.796, referente à exigência de forma antecipada do pagamento do montante histórico de R\$ 76.223, decorrente de valores de créditos de Pis e Cofins antecipados pela Receita Federal;
- (7) Fazenda Nacional no valor de R\$ 92.866 referente à Ação Ordinária ajuizada com o objetivo de desconstituir crédito tributário a título de IRRF da Forte;
- (8) Sentença arbitral movida pela Tuscany, no valor de R\$ 77.108, referente ao ressarcimento devido à rescisão antecipada dos contratos de locação e operação de sondas helitransportáveis para a O&G; e

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (9) Agência Nacional de Petróleo (“ANP”) no valor de R\$ 60.028 cobrando multa sobre a participação especial de Jaguar quando ainda era operado pela Chevron.

31. Eventos subsequentes

31.1. Emissão de debêntures

No dia 05 de fevereiro de 2025, a Companhia aprovou a realização da quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da Prio Forte S.A. (“Emissora”), no valor total de R\$ 1.200.000 na data de sua emissão, sendo R\$ 800.000 correspondentes às Debêntures de Primeira Série, com prazo de vencimento de 5 anos e R\$ 400.000 correspondentes às Debêntures de Segunda Série, com prazo de vencimento de 7 anos, as quais serão objeto de oferta pública de distribuição. A liquidação ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025.

Além disso, a Emissora contratou swaps (instrumentos derivativos) com o objetivo de dolarizar a emissão. Dessa forma, a Emissão, em conjunto com os instrumentos derivativos, resultará em um custo médio dolarizado de 6,78% ao ano e *duration* aproximada de 4,4 anos.

31.2. Licença de Perfuração – Wahoo

No dia 28 de fevereiro de 2025, foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“Ibama”) a Licença de Perfuração para o Campo de Wahoo. Dessa forma, a Prio iniciará imediatamente a mobilização da sonda Hunter Queen para início da Campanha de Perfuração.